



Relatório e Contas 2018

Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SA

Índice

Mensagem do Conselho de Administração,	5
Principais Referências	9
1. Conjuntura Económica.....	11
2. Enquadramento	12
3. ATIVIDADES DA EMPRESA	15
3.1 Processamento de transações e gestão de rede	15
3.2 Perfil da Rede vinti4	15
3.3 Abrangência Geográfica	18
3.4 Caixa Automático	19
3.5 Pagamento Automático	20
3.6 Acquiring Internacional.....	21
3.7 Pagamento de Serviço.....	22
3.8 Venda de Recargas.....	22
3.9 Pagamento Web.....	23
3.10 Transferência Eletrónica de Fundos (TEF).....	23
3.11 Compensação de Cheques.....	23
3.12 Infraestruturas e Tecnologia.....	24
3.13 Recursos Humanos	25
3.14 Investimento.....	26
4. ANÁLISE FINANCEIRA.....	28
4.1 Valor Acrescentado Bruto	29
4.2 Rendimentos	29
4.3 Outros rendimentos e ganhos.....	30
4.4 Gastos	30
4.5 Resultado líquido do exercício	31
5. SITUAÇÃO FINANCEIRA.....	32
5.1 Evolução do Balanço	32
5.2 Indicadores de Gestão	33
5.3 Proposta de Aplicação de Resultados.....	34
5.4 Demonstrações Financeiras	35

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	39
Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.....	40
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal.....	69
Parecer Auditor Externo	70

Índice de gráficos

Gráfico 1: Estrutura dos Acionistas	9
Gráfico 2: Transações processadas pela SISP	15
Gráfico 3: Transações processadas na Rede vinti4	16
Gráfico 4: Número de transações realizadas em dezembro 2018.....	17
Gráfico 5: Terminais e Cartões	18
Gráfico 6: Abrangência Geográfica dos Terminais	19
Gráfico 7: Compras por Ramo de Atividade.....	21
Gráfico 8: Operações com cartão not-on-us em 2018.....	22
Gráfico 9: Género	25
Gráfico 10: Antiguidade	25
Gráfico 11: Prestação de Serviços	29

Índice de tabelas

Tabela 1: Valor de operações processadas na Rede vinti4 2018	17
Tabela 2: Operações em Caixas Automático	19
Tabela 3: Operações em Terminais de Pagamento Automático.....	20
Tabela 4: Operações Pagamento de Serviço.....	22
Tabela 5: Operações Recargas de Telemóvel.....	22
Tabela 6: Operações Pagamento Web.....	23
Tabela 7: Operações Transferência Eletrónica de Fundos.....	23
Tabela 8: Operações Compensação de Cheques	23
Tabela 9: Listagem das formações realizadas em 2018.....	26
Tabela 10: Investimento.....	27
Tabela 11: Demonstração de Resultados.....	28
Tabela 12: Gastos	30
Tabela 13: Balanço	32
Tabela 14: Indicadores de gestão.....	33
Tabela 15: Proposta de aplicação de resultado	34

Siglas

ATM - *Automatic Teller Machine*

CPD – Centro de Processamento Dados

H2H - *Host to Host*

FSE – Fornecimento e Serviços Externos

ICP-CV - Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde

IASB – *International Accounting Standard Board*

IFRS - *International Financial Reporting Standards*

INE- Instituto Nacional de estatísticas

IRPC – Imposto Rendimento Pessoa Colectiva

IUR - Imposto Único sobre Rendimento

ISO - *International Standards Organization*

mPOS - *mobile POS*

NRF - Normas de Relato Financeiro

PCI - *Payment Card Industry*

PIN - *Personal Identification Number*

Swift - *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*

TEF – Transferência Eletrónica de Fundos

Mensagem do Conselho de Administração,

Senhores Acionistas,

Nos termos do artigo nº 407 do Código das Empresas Comerciais e Registo de Firmas, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex.ªs o Relatório de Gestão e as Contas da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SA., respeitantes ao exercício de 2018.

O exercício de 2018 foi muito positivo para a SISP, tendo a empresa reconfirmada a sua capacidade inovadora e de desenvolvimento tecnológico, focando no seu crescimento e na prestação de serviços inovadores.

A missão da SISP foi prosseguida sempre com o objetivo de dotar o país de um sistema de pagamentos moderno, eficiente e integrado nos grandes sistemas internacionais, tendo definido como linhas orientadoras para o desenvolvimento das atividades, a fiabilidade, a segurança e a consolidação dos serviços prestados. De uma forma geral, os sistemas de pagamentos em Cabo Verde operaram de forma estável e segura ao longo do ano de 2018.

Em linha com a evolução verificada nos anos anteriores, bem como as conquistas e melhorias contínuas alcançadas, manteve-se a tendência de crescimento dos meios e instrumentos de pagamentos, derivada da crescente utilização de instrumentos eletrónicos, particularmente da utilização dos cartões nos Caixas Automáticos e nos Terminais de Pagamento Automático.

Todos os canais apresentaram um crescimento positivo nos volumes transacionados, com exceção do pagamento na Internet e telemóveis.

Face a 2017, o montante processado na Rede registou um crescimento de 13%, fortificando, assim, o crescimento que tem vindo a consolidar ao longo dos anos.

Com relação ao pagamento automático, a rede POS sustentou a tendência de crescimento dos últimos anos, tendo-se registado um aumento de 578 terminais face a 2017. O número total de POS e ATM instalados no país, no final de 2018, ascendia a 7.121 e 191 terminais, respetivamente.

Pela primeira vez, o volume transacionado no POS foi superior ao ATM, constituindo um marco histórico no âmbito dos sistemas de pagamentos no país. O montante total transacionado ascendeu os 47.514 milhões de escudos, que compara com os 45.014 milhões de escudos transacionados no ATM.

No que respeita às operações processadas pela SISP, registou-se um crescimento considerável em todas as suas vertentes, tendo sido processadas um total de 32,2 milhões de operações, sendo 96% registadas na Rede vinti4 e os restantes 4% nos serviços de Transferências Eletrónicas de Fundos–TEF, Telecompensação de cheques e Operações “*Not On Us*”.

O serviço Acquiring Internacional manteve a tendência de crescimento, com um aumento de 21,7% no número das transações e 21% nos valores transacionados, face ao período homólogo. Pela primeira vez, as compras com cartões internacionais ultrapassaram o número de levantamentos nos Caixas Automáticos, como resultado da estratégia de massificação desse serviço iniciado nos últimos dois anos, com vista a dotar o país de uma rede de aceitação de cartões internacionais em todos os setores da atividade.

Em 2018, registou-se a produção de 122.815 cartões. O número de cartões ativos na rede atingiu os 246.611 cartões, com uma variação de -1,3 por cento e 10 por cento, respetivamente, em relação ao período homólogo.

Os Investimentos realizados em 2018 ascenderam cerca de 171,5 milhões de escudos, representando 19,7% das receitas de exploração.

Os Rendimentos totalizaram 920,28 milhões de escudos, um acréscimo de 119,76 milhões de escudos em relação a 2017 (800,5 milhões de escudos), na sequência do acréscimo registado nos rendimentos dos serviços, que atingiram os 869 milhões de escudos.

Os gastos totais da SISP ascenderam os 630 milhões de escudos em 2018, representando um aumento de 18,2% face ao exercício anterior.

A nível da performance, destaca-se o volume de negócio da empresa que ascendeu os 869 milhões de escudos, representando um crescimento em relação a 2017, na ordem dos 16,2 por cento (+121,2 milhões de escudos).

A 31 de dezembro de 2018, o Resultado Líquido atingiu os 216,7 milhões de escudos, uma variação positiva de 8,7 por cento face a igual período de 2017, justificado, essencialmente, pelo aumento dos rendimentos dos serviços Pagamento Automático e *Access fee*.

O ativo líquido registou um decréscimo de 4,65 por cento em relação a dezembro de 2017, atingindo 1.385,5 milhões de escudos (-67,6 milhões de escudos), justificado, sobretudo, 1) pela diminuição dos ativos correntes em 186,25 milhões de escudos, 2) pelo aumento dos ativos não correntes em 118 milhões de escudos, gerados pelos investimentos feitos em diversos projetos da empresa e 3) pelo aumento da participação financeira em 20,56 por cento (mais 41,75 milhões de escudos).

Em dezembro, o Capital Próprio atingiu 888,9 milhões de escudos, um aumento de 15,1 por cento (mais 116,8 milhões de escudos) comparativamente ao período homólogo, em

consequência do efeito conjugado da incorporação em reservas de 40 por cento do resultado líquido de 2017 e o impacto do aumento no Resultado Líquido do exercício em 17,1 milhões de escudos.

Sobre os desenvolvimentos relativos aos serviços, destaca-se, em 2018, a passagem da gestão da rede SWIFT do BCV para a SISP, que acarretou a obtenção da licença como Service Bureau da SWIFT, o que vem facilitar as transações financeiras entre os bancos do país e no exterior. A SISP passou a ser Autoridade Certificadora sob a ICP-CV - Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde, um sistema que utiliza mecanismos de segurança baseados na criptografia de chaves públicas para promover, entre outros, a autenticação e a confidencialidade das informações. Paralelamente, deu-se a concretização da certificação internacional de segurança ISO27001, com o conseqüente reforço do alinhamento dos processos com as melhores práticas internacionais de gestão de segurança de tecnologias de informação. De referir que a transferência do serviço SWIFT do Banco de Cabo Verde para a SISP foi um marco de muita importância para a empresa, cumprindo-se, assim, um dos grandes objetivos que estiveram na base da sua criação.

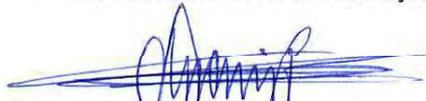
A nível dos Recursos Humanos, com o objetivo de dotar a empresa de um quadro de pessoal adequado à nova estrutura orgânica e aos desafios preconizados, foram admitidos 11 colaboradores, pelo que, a 31 de dezembro de 2018, a SISP registava um total de 53 colaboradores.

A SISP apostou fortemente na formação dos seus colaboradores em várias vertentes, com a realização de diversas ações de formação. Todos os colaboradores tiveram acesso a cursos de formação contínua *online* nas mais variadas áreas de conhecimento disponibilizadas por plataformas internacionais como a Visa, Mastercard, Coursera e Udemy, numa estratégia de incentivo ao auto aprendizado contínuo do novo capital humano. Importa afirmar que o empenho, dedicação e sacrifício permanente dos recursos humanos, permitiu a SISP a concretização do conjunto de atividades e projetos definidos para o exercício de 2018.

O Conselho de Administração aproveita a oportunidade para apresentar os seus agradecimentos a todos os Colaboradores da SISP pelo empenho demonstrado ao longo do ano, agradecer todos os Clientes, Fornecedores, Auditores e Instituições Financeiras pela confiança e colaboração que prestaram. Ao Conselho Fiscal deixamos uma palavra de apreço pelo apoio prestado ao longo do ano de 2018.

Praia, Abril de 2019

O Conselho de Administração

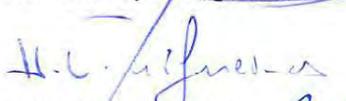


António Carlos Semedo

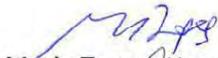


Francisco Pinto Costa

Hernâni Lopes Trigueiros



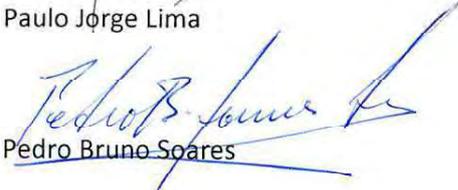
João Domingos Correia



Maria Teresa Henriques



Paulo Jorge Lima



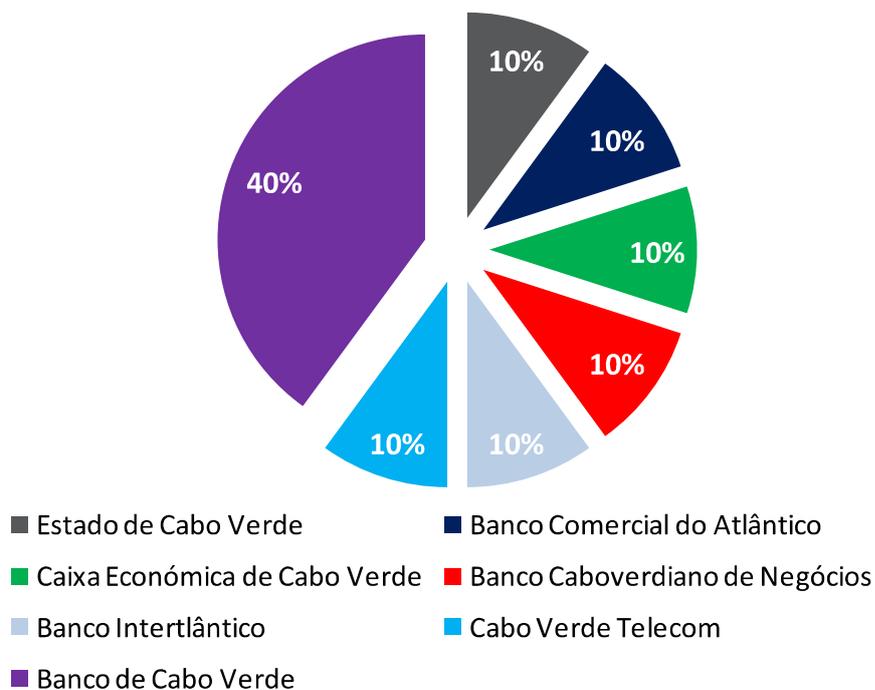
Pedro Bruno Soares

Principais Referências

Estrutura dos Acionistas

A Sociedade Interbancária e Sistema de Pagamentos, abreviadamente designada SISP, é uma sociedade anónima com sede na ilha de Santiago, com um capital social de 100.000.000 CVE (cem milhões de escudos) totalmente subscrito e realizado, representado por 100.000 ações com valor nominal de 1000 CVE cada, detidas e distribuídas conforme o gráfico seguinte:

Gráfico 1: Estrutura dos Acionistas



Órgãos Sociais

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Maria Da Luz De Pina Gomes Brito, em representação do Estado de Cabo Verde

Secretários

Antónia Bernarda Lopes, em representação do Banco de Cabo Verde

Américo Miranda Andrade, em representação do Banco Comercial do Atlântico

Conselho de Administração

Presidente

Maria Teresa Lopes Da Luz Henriques, em representação do Banco de Cabo Verde

Administradores

Francisco Pinto Machado Costa, em representação do Banco Comercial do Atlântico

António Carlos Moreira Semedo, em representação da Caixa Económica de Cabo Verde

João Domingos de Barros Correia, em representação do Cabo Verde Telecom

Paulo Jorge Ferro R. de Oliveira Lima, em representação do Banco Caboverdeano de Negócios

Pedro Bruno Cardoso Braga Gomes Soares, em representação do Banco Interatlântico

Hernâni Lopes Trigueiros, em representação do Estado de Cabo Verde

Conselho Fiscal

Presidente

Filinto Elísio Alves dos Santos, em representação da Caixa Económica de Cabo Verde

Vogais

Mónica Vitoria do Espirito Santo Correia Garcia, em representação do Banco Interatlântico

Ana Elisabeth Pires Carvalho Vicente, em representação do Banco Caboverdeano de Negócios

1. Conjuntura Económica

Segundo as projeções do Banco Mundial, em 2018, o crescimento económico mundial deve estagnar-se nos 3 por cento. O comércio internacional e os investimentos estão moderados, as tensões comerciais continuam elevadas e as condições de financiamento diminuíram. O crescimento nos mercados emergentes e nas economias em desenvolvimento perdeu força e deverá estagnar-se, com uma recuperação mais fraca do que a esperada nos exportadores de *commodities*, acompanhada de desaceleração nos importadores de *commodities*. Os riscos negativos estão mais agudos e as pressões do mercado financeiro e as tensões comerciais poderão aumentar, afetando a atividade global.

A recuperação económica nas economias dos mercados emergentes e em desenvolvimento estagnou, com um crescimento esperado de 4,2 por cento em 2018, muito mais fraco do que as projeções anteriores. Em todas as regiões, os riscos que pesam sobre o futuro estão cada vez mais inclinados para o lado negativo.

Os **dados publicados pelo Banco de Cabo Verde** apontam para um abrandamento do ritmo de crescimento económico no quarto trimestre, face ao período homólogo. Com efeito, o indicador da tendência da procura produzido pelo Banco de Cabo Verde sugere uma retração da formação bruta de capital fixo, determinada, sobretudo, pela acentuada redução das importações de materiais de transporte, um crescimento modesto das despesas de consumo final e, entretanto, uma evolução positiva das exportações líquidas, impulsionada pelo robusto crescimento das exportações acompanhado da queda das importações.

A evolução do indicador de clima económico corrobora a tendência de abrandamento do crescimento, em termos homólogos, no quarto trimestre, ao registar um valor inferior ao do período equivalente do ano de 2017. A contínua deterioração da confiança dos operadores da construção, assim como o sentimento menos otimista dos empresários do turismo e da indústria justificam a performance menos conseguida do indicador.

Em 2018, o contexto externo favoreceu a procura dirigida à economia cabo-verdiana e os investimentos no país, não obstante o ritmo de crescimento económico da área do euro.

As **projeções do Instituto Nacional de estatísticas- INE** referentes ao ano de 2018, apontam para um fortalecimento da atividade económica, com um crescimento do PIB real estimado em 5,5 por cento (4 por cento em 2017). A inflação média anual fixou-se em 1,3 por cento em dezembro de 2018, 0,5 pontos percentuais acima do registado em dezembro de 2017. A inflação homóloga, por sua vez, fixou-se em 0,9 por cento, sugerindo alguma contenção da pressão inflacionista no último mês do ano.

2. Enquadramento

A SISP tem como visão ser uma empresa de referência na área de sistemas de pagamentos, com uma prestação de excelência reconhecida pelos clientes e pela sociedade, através de uma política baseada nos seguintes princípios:

- Garantir a organização, a eficiência e a melhoria contínua dos serviços e processos;
- Garantir a capacitação, a valorização e a satisfação contínua dos colaboradores;
- Garantir parcerias estratégicas com fornecedores, entidades e parceiros críticos;
- Atender o cliente sempre com profissionalismo, cortesia e foco na solução, assegurando a qualidade dos serviços e o cumprimento dos prazos acordados;
- Garantir alta disponibilidade, acessibilidade, segurança, eficácia e *compliance* dos serviços;
- Promover sistemas de pagamentos e de identificação modernos, inovadores, seguros e relevantes para toda a sociedade.

A atividade da empresa engloba o cumprimento de objetivos que visam a eficiência operacional, serviços de referência e a qualificação do capital humano. A empresa deu continuidade a um conjunto de projetos iniciados em anos anteriores, nomeadamente nas áreas tecnológicas, de organização e de capacitação dos recursos que permitem alcançar maior eficiência nos processos internos, melhorar o suporte ao negócio e garantir um serviço mais adequado ao mercado e às expectativas dos clientes.

O ano de 2018 ficou marcado por 3 acontecimentos de extra importância para a empresa, nomeadamente, a obtenção da licença como Service Bureau da Swift - *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication*, a credenciação da SISP como Autoridade Certificadora sob a ICP-CV - Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde e a certificação de segurança ISO 27001.

A SISP dá mais um passo na concretização da sua missão, com a obtenção da licença como *Service Bureau* da Swift, passando a ser um dos sete representantes a nível do continente africano. Essa licença vem facilitar as transações financeiras entre os bancos do país e internacionais, garantindo os melhores padrões de segurança nas transferências eletrónicas bem como a garantia do processamento efetuado por uma entidade regulada a nível nacional.

Outro marco para 2018, é que a empresa passou a ser Autoridade Certificadora sob a ICP-CV - Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde, um sistema que utiliza mecanismos de

segurança baseados na criptografia de chaves públicas para promover a autenticação, a confidencialidade, a integridade e o não repúdio de informações trafegadas e armazenadas. Com mais esta certificação, a entidade passa a disponibilizar ao setor financeiro e ao público em geral, pela primeira vez em Cabo Verde, um conjunto de serviços de assinatura e autenticação digital, com destaque para Certificados de Assinatura Digital Qualificada, Autenticação e Selo Eletrónico.

A certificação internacional de segurança ISO 27001, reforçando o alinhamento dos processos com as melhores práticas internacionais de gestão de segurança de tecnologias de informação, representou também um fator de grande importância para a empresa, considerando o tipo de atividade prestada, baseada, essencialmente, na segurança da informação. Esta certificação, aliada às renovações das certificações específicas de segurança para os sistemas de pagamentos, PCI-DSS e PCI-Card Production (exigidos por entidades internacionais como a Visa e a Mastercard para o processamento e a personalização de cartões de alta segurança), bem como as certificações de segurança associadas à PKI e à SWIFT, permitem oferecer à sociedade uma infraestrutura tecnológica integrada continuamente reforçada em termos de segurança.

Paralelamente a estes projetos, diversas outras atividades de relevo fizeram parte do exercício, a saber:

- Certificação de mPOS da marca NEXGO;
- Renovação das certificações PCI CardProduction, PCI-DSS e ISO 9001 de Qualidade;
- Implementação da Arquitetura da Alta Disponibilidade da rede vinti4;
- Reforço de Segurança em Caixas Automáticos;
- Atualização global da plataforma central de processamento;
- Melhorias físicas e de segurança de Data Center e Card Center;
- Implementação de nova ferramenta centralizada de gestão de risco;
- Atualização da estrutura organizacional da SISP;
- Adesão de dois novos bancos ao sistema de gestão de cartão de crédito e pré-pago da SISP;
- POS na hora;
- Cartão na Hora;
- Implementação do centro de manutenção de Santiago Norte;
- Lançamento do concurso para a consultoria para a construção da nova sede;
- Lançamento dos novos *websites* da SISP (www.sisp.cv) e da rede vinti4 (www.vinti4.cv);
- Lançamento dos novos portais de gestão de serviços para os bancos, os comerciantes (comerciante.vinti4.cv) e entidades de serviço (entidadeservico.vinti4.cv).

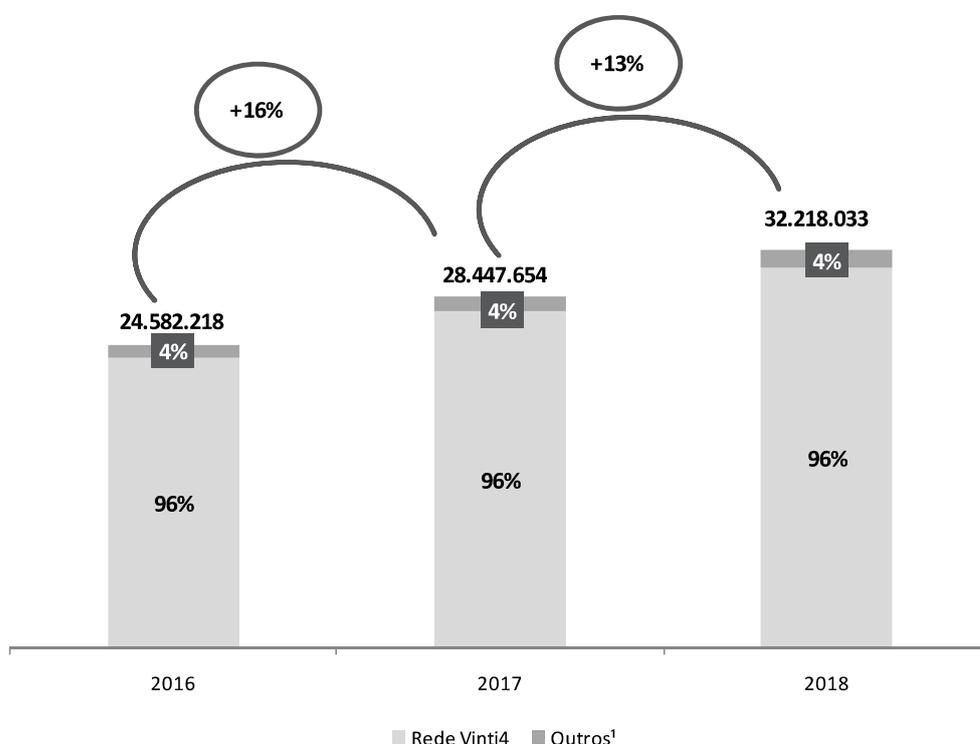
Os ganhos de eficiência que a empresa vem conseguindo nos últimos anos, tem permitido uma redução gradual nos tarifários da SISP, possibilitando o alargamento da rede a novos clientes, permitindo o aumento do número de transações em todas as vertentes. Em 2018 foi diminuída a tarifa de levantamentos e outras operações em todos os escalões, a tarifa GPRS, gestão de cartões de crédito e pré-pago e na (pré) personalização de cartões não bancários.

3. ATIVIDADES DA EMPRESA

3.1 Processamento de transações e gestão de rede

Em 2018, a SISP atingiu, mais uma vez, o seu recorde em número de operações: foram processadas cerca de 32,2 milhões de operações, um crescimento de 13% face a 2017, com 96% das operações realizadas na Rede vinti4 e 4% nos outros sistemas, nomeadamente TEF, Telecompensação de Cheques e operações “Not On Us”.

Gráfico 2: Transações processadas pela SISP



¹Operações Not On Us, TEF e Telecompensação de Cheques

3.2 Perfil da Rede vinti4

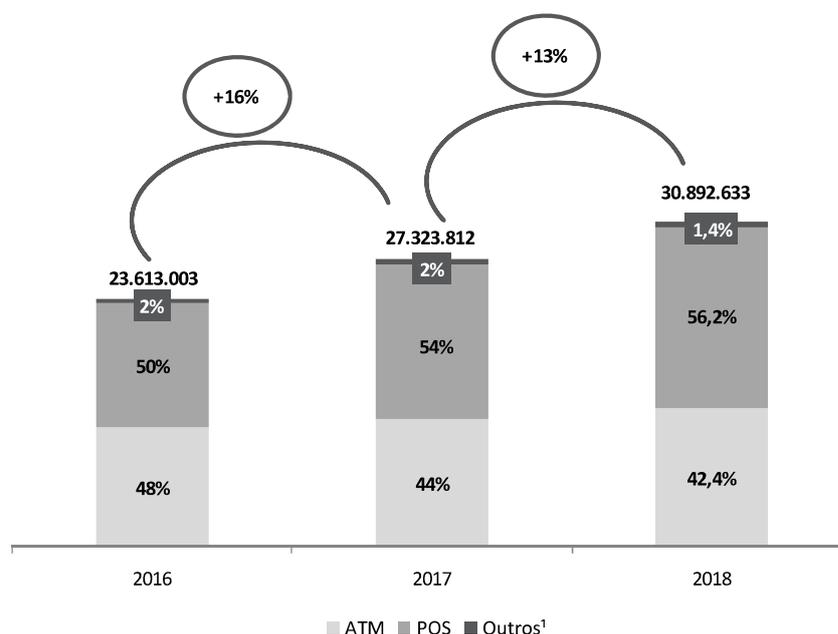
A SISP tem vindo a consolidar o seu crescimento e apresentou, em 2018, uma evolução de 13% no montante processado na Rede face a 2017.

Todos os canais registaram um crescimento positivo nos volumes transacionados, com exceção dos pagamentos na internet e telemóveis.

Destaca-se o aumento registado nas transações POS, passando a representar 56,2% do total de operações na Rede contra 54% registado em 2017. Em relação ao número de operações, o aumento foi de 17,3% em 2018, quando comparado com o período homólogo.

As transações nos Caixas Automáticos voltaram a registar um crescimento moderado de 8,6% quando comparado com o período homólogo. O Caixa automático– ATM na terminologia internacional aparece em segundo lugar, com 42,4% das transações processadas, seguindo-se as transações no canal telemóvel, H2H e PC, que representam 2% do total.

Gráfico 3: Transações processadas na Rede vinti4



¹Telemóvel, PC e H2H

Com relação ao valor transacionado, em 2018 aconteceu um marco histórico, tendo sido a primeira vez que o volume transacionado no POS foi superior ao ATM, atingindo os 47.514 milhões de escudos, uma variação positiva de 17,52% face ao período homólogo.

O ATM vem em segundo lugar com 45.014 milhões de CVE, seguido do PC, Telemóvel e H2H, com 930 milhões de CVE, para os quais contribuem maioritariamente as operações de pagamentos ao Estado e pagamento de serviços.

Tabela 1: Valor de operações processadas na Rede vinti4 2018

(em milhões de escudos)

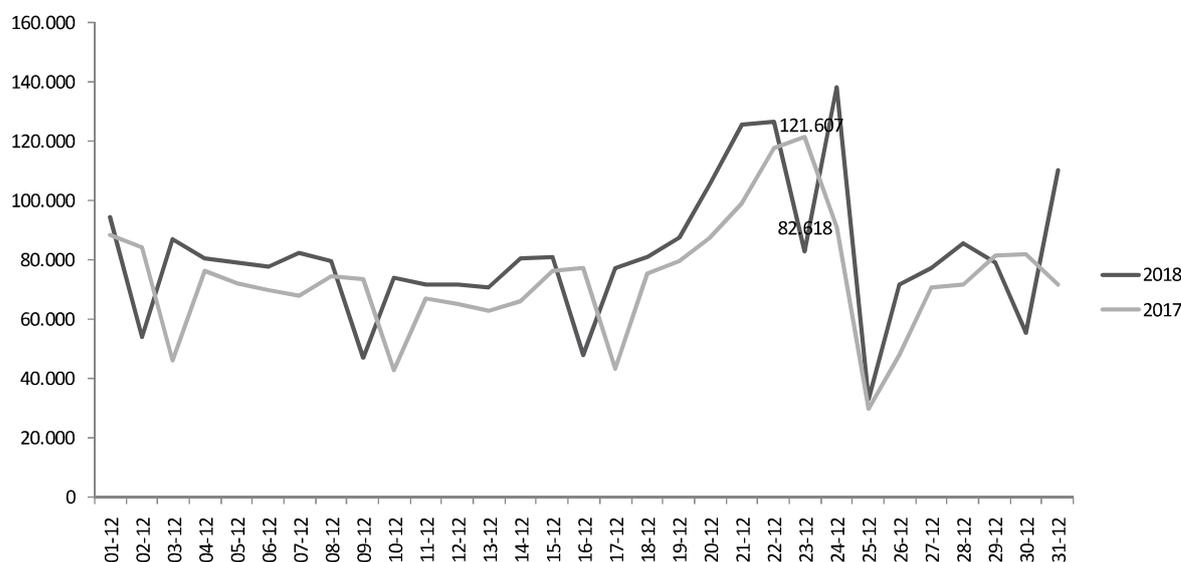
	2016	2017	2018	Variação		Peso
				2016/2017	2017/2018	2018
POS	33.685	40.432	47.514	20,03%	17,52%	50,84%
ATM	37.673	41.120	45.014	9,15%	9,47%	48,16%
Outros¹	925	861	930	-6,91%	8,03%	0,99%
REDE	72.283	82.412	93.458	14,01%	13,40%	100,00%

¹Telemóvel, PC e H2H

No mês de dezembro, à semelhança de anos anteriores, efetivou-se o maior número de transações processadas na Rede vinti4, registando-se 2.516 mil transações, provenientes de Levantamentos, Compras, Pagamento de Serviço e Recargas.

O pico ocorreu no dia 24 de dezembro, tendo-se processado um total de 138 mil transações. O canal POS processou um total de 1.714 mil transações, representando 68% das transações processadas no mês, contra 29% nos ATM's.

Gráfico 4: Número de transações realizadas em dezembro 2018

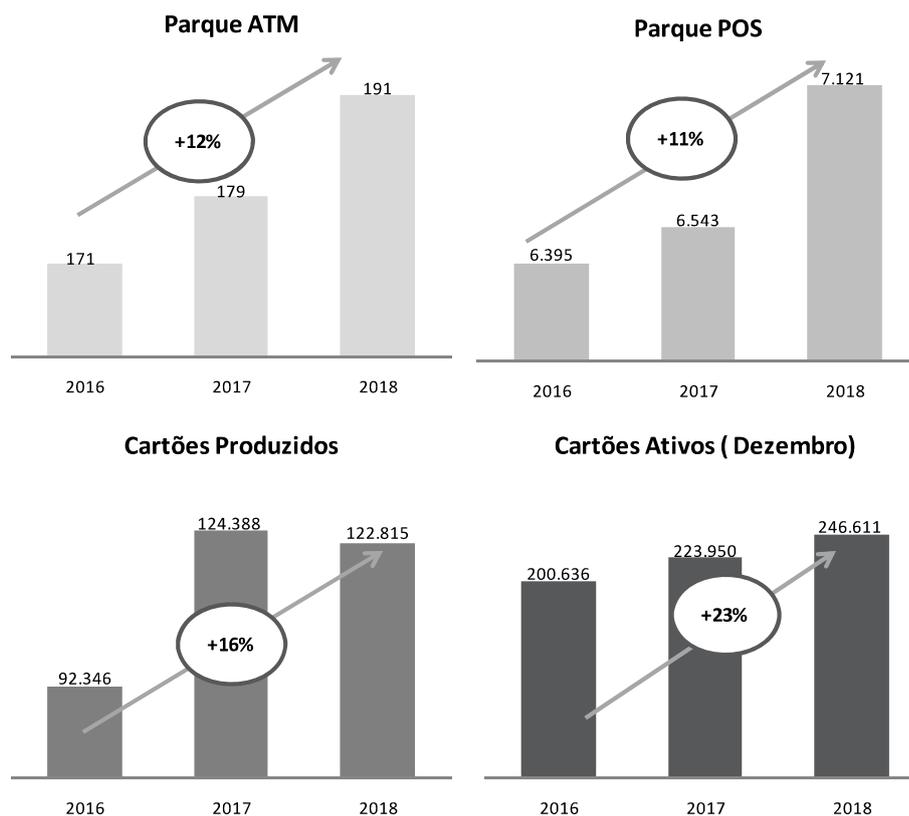


No que respeita ao número de terminais ligados à Rede, tem-se assistido a uma evolução moderada do número de POS ativos nos últimos 3 anos, fixando-se em 7.121 POS no final de

2018, com um crescimento de 8,8% quando comparado com o período homólogo. Por sua vez, o número de ATM's também demonstrou uma evolução positiva com mais 12 terminais.

A produção de cartões, em 2018, fixou-se em 122.815 cartões e o número de cartões ativos na rede atingiu os 246.611 cartões, com uma variação de -1,3% e 10% respetivamente, em relação ao período homólogo.

Gráfico 5: Terminais e Cartões



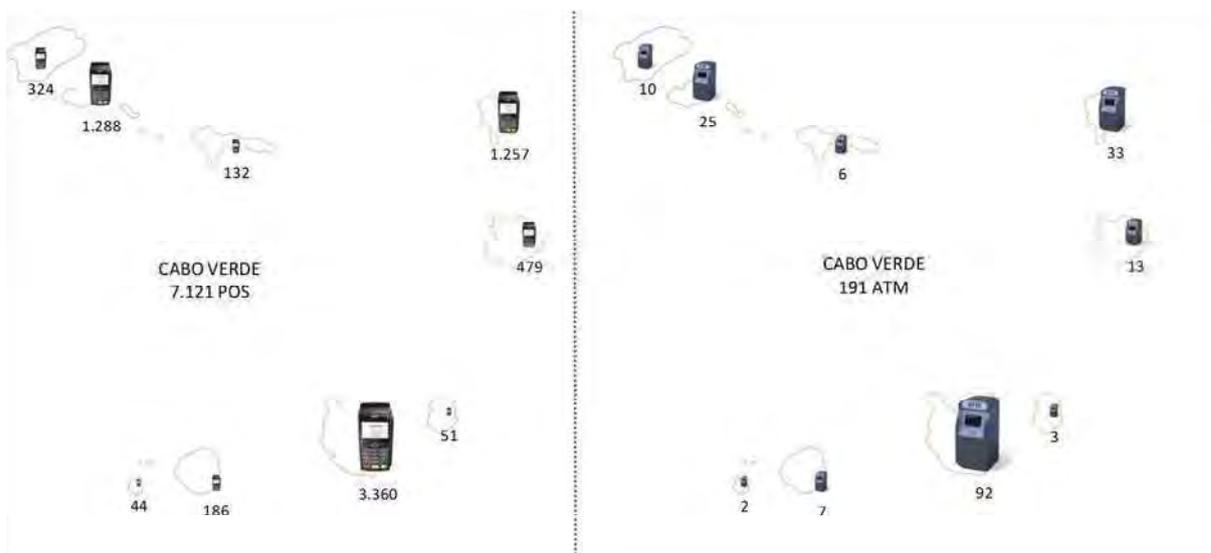
3.3 Abrangência Geográfica

A penetração dos Caixas Automáticos por várias localidades do País continua com tendência ascendente, tendo sido instalados mais doze terminais em 2018, passando de um ATM por 3004 habitantes em 2017, para um ATM por 2849 habitantes, de acordo com as projeções demográficas de 2018 do Instituto Nacional de Estatística – INE.

Os POS's encontram-se, maioritariamente, instalados na ilha de Santiago, destacando-se a cidade da Praia com um total de 47% dos terminais instalados, seguindo-se as ilhas de São Vicente e do Sal, com 18,1% e 17,7%, respetivamente.

O número total de terminais POS instalados no país, no final de 2018, ascende a 7.121.

Gráfico 6: Abrangência Geográfica dos Terminais



3.4 Caixa Automático

Os Caixas Automáticos registaram 13,1 milhões de transações, com 42% das transações da rede, um aumento na ordem dos 8,6% em relação ao ano transato.

A operação de levantamento continua a ser a mais realizada, com 52%, seguido de consulta de saldo e de movimentos com 40% das transações realizadas.

Tabela 2: Operações em Caixas Automático

	2016	2017	2018	Variação	
				2016/2017	2017/2018
Levantamento	6.308.495	6.795.516	6.876.071	7,72%	1,19%
Consulta de Saldo	3.368.306	3.608.732	3.997.455	7,14%	10,77%
Carregamento Telemóvel	476.619	436.376	352.931	-8,44%	-19,12%
Consulta de Movimentos	1.039.935	1.099.289	1.252.784	5,71%	13,96%
Outros	106.987	126.559	625.572	18,29%	394,29%
Total	11.300.342	12.066.472	13.104.813	6,78%	8,61%

Em 2018, a média do valor de cada levantamento em Caixa Automático foi de 5.658 CVE, montante superior à média registada em 2017, que foi de 5.615 CVE.

3.5 Pagamento Automático

A rede de POS sustentou a tendência de crescimento apresentada nos últimos anos, com um aumento de 578 terminais face a 2017, existindo 7.121 terminais instalados, que abrangem os mais diversos setores de atividade.

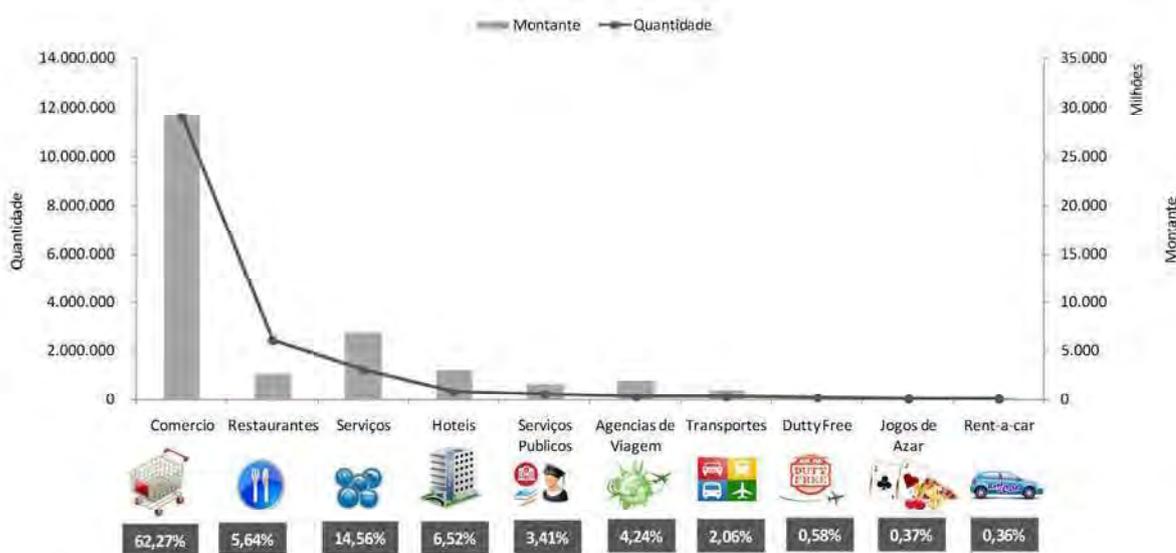
As transações de compra são as mais frequentes, representando 90% das transações POS em 2018, contra 91% em 2017.

Tabela 3: Operações em Terminais de Pagamento Automático

	2016	2017	2018	Variação	
				2016/2017	2017/2018
Compras	10.780.923	13.496.655	15.550.714	25,19%	15,22%
Carregamento Telemóvel	51.598	66.299	56.826	28,49%	-14,29%
Consulta de Saldo	992.318	1.183.688	1.182.135	19,29%	-0,13%
Outras Operações	32.350	42.873	562.592	32,53%	1212,23%
Total	11.857.189	14.789.515	17.352.267	24,73%	17,33%

O setor do Comércio continua a ser o dominante em 2018 no que diz respeito a pagamentos, com 62,2%, sucedido de Serviços com 14,5%, quando em 2017 representava 63,1% dos pagamentos registados seguido do setor de Restauração com 14,7%.

Gráfico 7: Compras por Ramo de Atividade



O pagamento com cartão continua a ser a preferência dos clientes da rede, tendo o rácio Compra/Levantamento aumentado consideravelmente, passando de 198% em 2017 para 226% em 2018.

A média das Compras no POS foi de 2.915 CVE em 2018, valor inferior ao registado no ano anterior, que foi de 2.966 CVE.

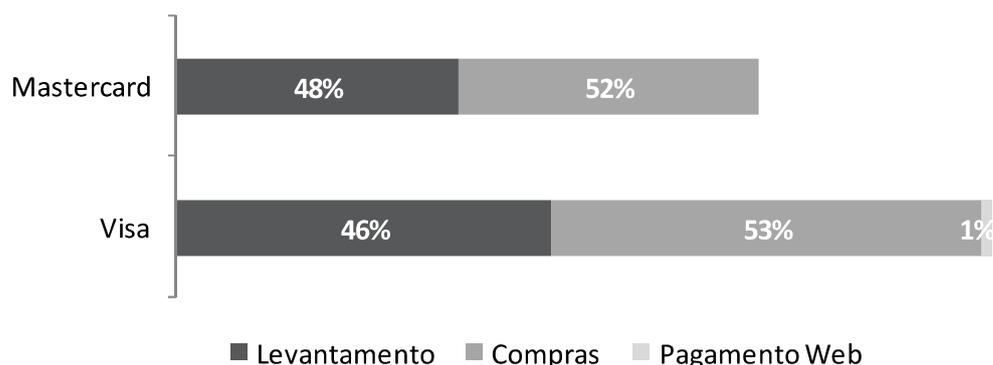
3.6 Acquiring Internacional

O serviço Acquiring Internacional manteve a tendência de crescimento, com um aumento de 21,7% no número das transações e 21% nos valores transacionados, face ao período homólogo.

As operações com cartão Visa representam 58% das transações com cartão internacional, contra 42% do registado com cartão Mastercard.

É de salientar que pela primeira vez as compras com cartões internacionais ultrapassaram o número de levantamentos nos Caixas Automáticos, como resultado da estratégia de massificação desse serviço iniciado nos últimos dois anos com vista a dotar o país, cada vez mais turístico, de uma rede de aceitação de cartões internacionais em todos os setores da atividade. Adicionalmente, com relação aos cartões internacionais, constatou-se uma maior utilização das operações de compra em relação às operações de levantamento, conforme o gráfico 8.

Gráfico 8: Operações com cartão not-on-us em 2018



3.7 Pagamento de Serviço

A funcionalidade Pagamento de Serviço registou, em 2018, um acréscimo acima dos 21% no número de transações e 11,5% no volume, quando comparado com o período homólogo.

Tabela 4: Operações Pagamento de Serviço

Pagamento de Serviço	Montante em milhões de escudos		
	2017	2018	Varição 2017/2018
Quantidade	101.961	123.360	20,99%
Montante	1.824	2.034	11,55%

3.8 Venda de Recargas

A venda de Recargas manteve a tendência decrescente em termos de número de operações, com uma variação negativa de 16,7%. Registou-se uma variação positiva de 3,9% no montante, comparativamente a 2017.

Tabela 5: Operações Recargas de Telemóvel

	Varição		
	2017	2018	2017/2018
Nº de operações	860.614	631.447	-16,76%
Montante	381.343.212	396.439.105	3,96%

3.9 Pagamento Web

O Pagamento Web registou um acréscimo de 69,5% no número de operações e 40,7% no volume, face ao período homólogo.

Tabela 6: Operações Pagamento Web

Pagamento WEB	Montante em milhões de escudos		
	Variação		
	2017	2018	2017/2018
Quantidade	30.160	51.139	69,56%
Montante	222.821.871	313.653.584	40,76%

3.10 Transferência Eletrónica de Fundos (TEF)

O Serviço TEF teve um crescimento de 12,2% no número de operações e 9,3% no volume transacionado.

Tabela 7: Operações Transferência Eletrónica de Fundos

	Montante em milhões de escudos				
	Variação				
	2016	2017	2018	2016/2017	2017/2018
Quantidade	541.544	598.677	671.876	10,55%	12,23%
Montante	204.413	128.319	140.252	-37,23%	9,30%

3.11 Compensação de Cheques

O serviço compensação de cheques manteve-se praticamente inalterado, com uma variação de 0,4% no número de operações e 0,89% no volume transacionado, quando comparado com 2017. Em 2017 a variação foi negativa .

Tabela 8: Operações Compensação de Cheques

	Montante em milhões de escudos				
	Variação				
	2016	2017	2018	2016/2017	2017/2018
Quantidade	310.545	307.176	308.402	-1,08%	0,40%
Montante	72.721	69.598	70.220	-4,29%	0,89%

3.12 Infraestruturas e Tecnologia

Em termos de infraestrutura e tecnologia o destaque vai para a obtenção da licença como *Service Bureau* da Swift - *Society for Worldwide Interbank Financial Telecommunication* e a credenciação da SISP como Autoridade Certificadora sob a ICP-CV - Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde.

Outras atividades marcaram o ano de 2018, sendo de destacar:

- Certificação em ISO 27001
- Certificação do mPOS da marca NEXGO;
- Renovação das certificações PCI Card Production, PCI-DSS e ISO9001;
- Implementação da Arquitetura da Alta Disponibilidade;
- Reforço de Segurança em Caixas Automáticos;
- *Upgrade* global da plataforma de processamento de cartões;
- Melhorias físicas e de segurança de Data Center e Card Center;
- Implementação de nova ferramenta centralizada de gestão de risco;
- Atualização da estrutura organizacional da SISP;
- Adesão de dois novos bancos ao sistema de gestão de cartão de crédito e pré-pago da SISP;
- POS na hora;
- Cartão na Hora;
- Lançamento do concurso para a consultoria para a construção da nova sede;
- Implementação do centro de manutenção de Santiago Norte;
- Lançamento dos novos *websites* da SISP (www.sisp.cv), da rede vinti4 (www.vinti4.cv);
- Lançamento dos novos portais de gestão de serviços para os bancos, os comerciantes (comerciante.vinti4.cv) e entidades de serviço (entidadeservico.vinti4.cv).

Relativamente à Gestão e Desenvolvimento do Negócio, destacam-se as ações junto dos clientes da Rede vinti4, designadamente, a entrada em produção do Portal dos bancos, Portal dos comerciantes e Portal das Entidades de Serviço. Igualmente, foram disponibilizados os serviços “POS na Hora” e “Cartão na Hora” aos bancos como forma de assegurar a entrega *just in time* destes serviços aos seus clientes de forma horizontal em todo o território nacional.

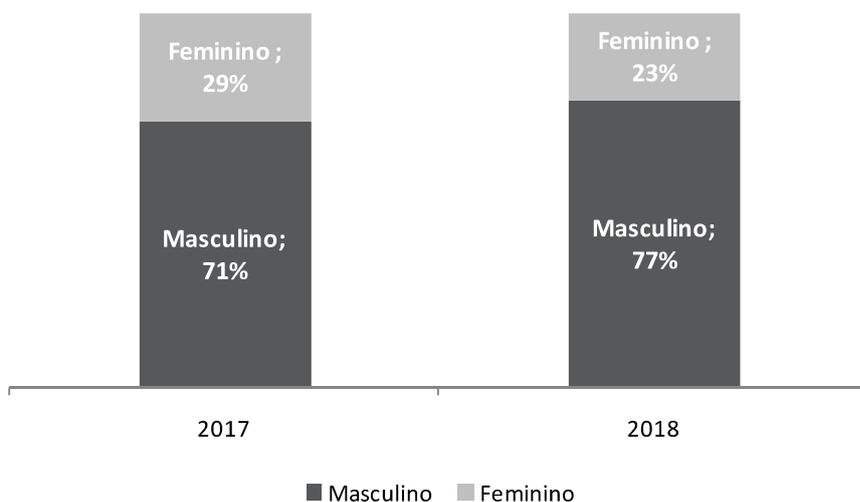
3.13 Recursos Humanos

Em 31 dezembro 2018 o quadro do pessoal apresentava um total de 53 colaboradores, sendo 26 do quadro efetivo, 25 contratados a termo certo e dois estagiários.

Foram admitidos 11 colaboradores, em 2018, na sequência da implementação da nova estrutura orgânica da empresa, com o objetivo de dar respostas às exigências regulatórias, dos clientes e também aos novos desafios da empresa.

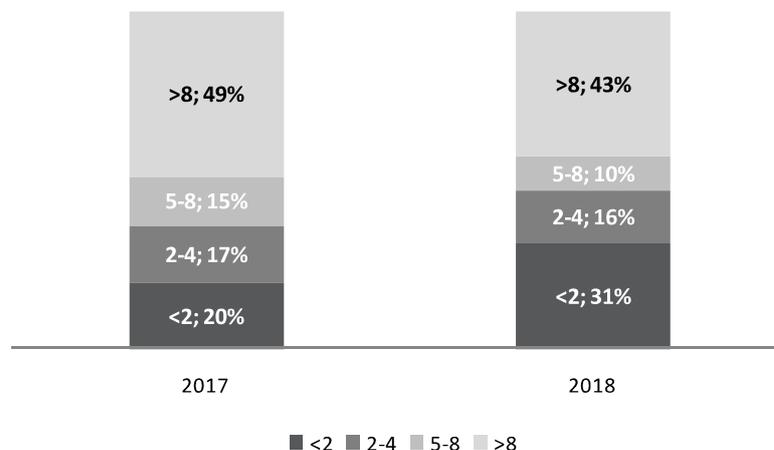
Com relação ao género, a distribuição é como se segue:

Gráfico 9: Género



Com relação à antiguidade, 53% dos colaboradores estão na empresa há mais de 5 anos, o que demonstra uma certa estabilidade a nível dos recursos humanos.

Gráfico 10: Antiguidade



A idade média dos colaboradores da empresa é de 33,8 anos.

3.13.1 Gestão da Formação

Em 2018, a SISP apostou fortemente na formação dos seus colaboradores em várias vertentes. Foram realizadas 11 ações de formação, em que estiveram envolvidos cerca de 46 participantes, assim como várias sessões de formação *online* com a participação de 31 colaboradores, tendo havido colaboradores que participaram em mais do que uma sessão de formação. Todos os colaboradores tiveram acesso a cursos de formação contínua *online* nas mais variadas áreas de conhecimento disponibilizadas por plataformas internacionais, como a Visa, Mastercard, Coursera e Udemy, numa estratégia de incentivo ao auto aprendizado contínuo do novo capital humano.

Tabela 9: Listagem das formações realizadas em 2018

Formação em 2018	Nº de Participantes
Administração de Base Dados Oracle - modulo RAC	2
Administração do Firewall Fortinet	2
Gestão de riscos com ERAMBA	6
Arquivo e Gestão Documental	1
Normas internacionais de contabilidade	4
EXPORH2018	1
Administração do Firewall Huawei	1
Configuração e Administração do VMware vSphere® 6.7	2
ISO 27001 – Interpretação e implementação da norma	10
Gestão de Risco em Segurança da Informação	11
Boas práticas na gestão de Datacenters	6
Formações Online	31
Total	77

3.14 Investimento

O Investimentos realizados em 2018 ascenderam os 171,49 milhões de escudos, representando 19,7% das receitas de exploração, enquanto em 2017 totalizaram os 103,7 milhões de escudos, representando 13,8% das receitas de exploração.

Os investimentos incluem, fundamentalmente, a aquisição de terminais de pagamentos, equipamentos e *software* para o reforço da alta disponibilidade, *hardware* (servidores, processadores ePC's), outros *softwares* e equipamentos de redes de comunicação.

Tabela 10: Investimento

Software	73.235.570
Ativo Fixo Tangível	98.256.485
POS	44.034.538
Equipamento Básico	41.243.931
Viaturas	11.157.959
Outros equipamentos	1.820.057
Total	171.492.055

O financiamento foi efetuado na sua totalidade com recursos e fundos próprios da empresa.

4. ANÁLISE FINANCEIRA

EM 2018, em linha com as expectativas, os rendimentos dos serviços cresceram 16,21% quando comparados com 2017 os rendimentos de 2017, suportados, essencialmente, pelo crescimento de transações na rede em praticamente todas as vertentes.

A análise económica e financeira da empresa, tendo por base as demonstrações financeiras, sintetiza os resultados alcançados pela SISP em 31 de dezembro de 2018, bem como a situação patrimonial e financeira.

Tabela 11: Demonstração de Resultados

SISP- Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Descrição	Notas	31/12/2018	31/12/2017	Variação	Variaç. %
Prestação de serviços e vendas	14	869.079.303	747.873.020	121.206.283	16,21%
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	-37.079.867	-9.861.173	-27.218.694	276,02%
Resultado operacional bruto		831.999.436	738.011.847	93.987.589	12,74%
Fornecimentos e serviços terceiros	15	368.132.721	326.148.220	41.984.501	12,87%
Valor acrescentado bruto		463.866.715	411.863.627	52.003.088	12,63%
Gastos com pessoal	16	96.698.421	82.794.719	13.903.702	16,79%
Provisões do exercício - aumentos/ (reduções)	10	2.246.273	2.835.436	-589.163	-20,78%
Aumentos/redução do justo valor	6	41.755.054	44.454.598	-2.699.544	-6,07%
Imparidades de ativos	10	-4.338.858	-6.064.696	1.725.838	-28,46%
Outros gastos	17	12.445.509	9.349.287	3.096.222	33,12%
Outros rendimentos e ganhos	17	2.798.416	868.807	1.929.609	222,10%
Resultado antes de amortizações perdas e ganhos de financiamento e imposto - EBITDA		397.183.670	361.813.766	35.369.904	9,78%
Gastos depreciação e amortização	5	102.772.192	90.195.187	12.577.005	13,94%
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e imposto) – EBIT		294.411.478	271.618.579	22.792.899	8,39%
Juros e ganhos obtidos	18	4.400.950	4.489.198	-88.248	-1,97%
Juros e perdas suportados	18	-8.733.023	-8.597.480	-135.543	1,58%
Resultado Antes de impostos		290.079.405	267.510.297	22.569.108	8,44%
Imposto sobre rendimento do período	19	-73.368.457	-68.199.378	-5.169.079	7,58%
Resultado Líquido do Período		216.710.948	199.310.919	17.400.029	8,73%

4.1 Valor Acrescentado Bruto

O valor acrescentado bruto, em 31 de dezembro de 2018, alcançou os 463,86 milhões de escudos, um aumento de 12,63% comparativamente a 2017, o que representa em termos de valor absoluto 52 milhões de escudos. Este comportamento foi resultado de uma boa performance registada pela Rede, como se pode evidenciar nos dados já mencionados.

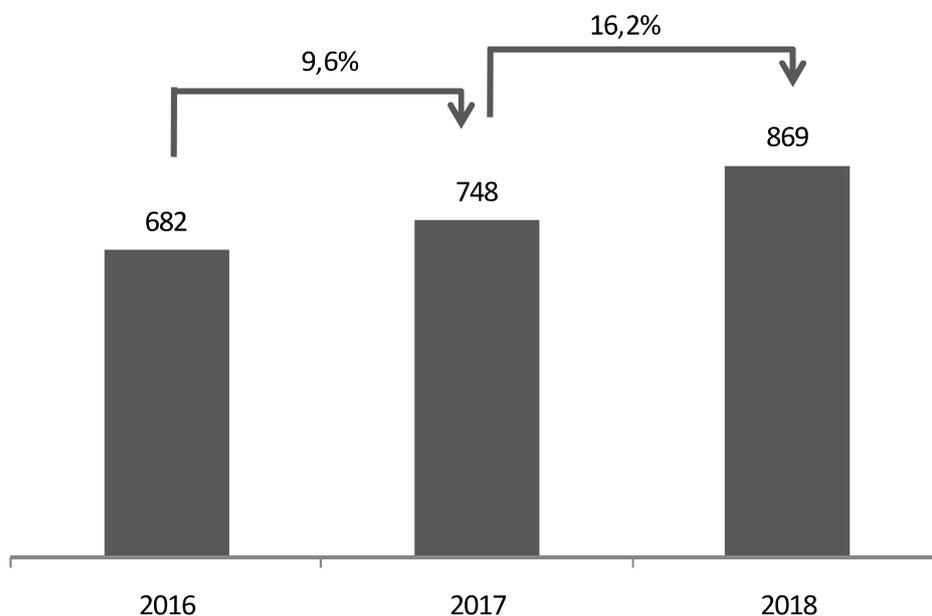
As receitas operacionais fixaram-se em 869 milhões de escudos em 2018, que compara com os 747,87 milhões de escudos de 2017, uma variação positiva de 121,2 milhões de escudos.

4.2 Rendimentos

Os Rendimentos totalizaram 920,28 milhões de escudos, um acréscimo de 119,76 milhões em relação a 2017, que foi de 800,5 milhões de escudos. Para tal contribuiu o acréscimo registado nos rendimentos dos serviços.

Os rendimentos de prestação de serviços atingiram os 869 milhões de escudos, mais 121,2 milhões de escudos em comparação com 2017, beneficiando do contributo positivo dos rendimentos dos serviços pagamento automático e *cardholder access fee* em 71,5%.

Gráfico 11: Prestação de Serviços



4.3 Outros rendimentos e ganhos

O ganho por aumento de justo valor da participação no capital social da Visa foi de 41,7 milhões de escudos, face ao seu valor de mercado a 31 de dezembro de 2018, um decréscimo de 6% comparativamente ao rendimento de 2017.

A reversão de provisão em 2018 totalizou 2,2 milhões de escudos, referente à anulação das provisões para contingências fiscais em sede de IRPC relativa ao ano de 2013. Para o ano de 2017 esse valor situou-se em 2,8 milhões de escudos.

Os juros obtidos derivados de depósitos a prazo e equiparados totalizaram os 4,4 milhões de escudos, um decréscimo de 1,9% com relação a 2017.

4.4 Gastos

Os gastos totais ascenderam a 630 milhões de escudos, representando um acréscimo de 97 milhões de escudos, mais 18,2% face ao exercício anterior, como se segue:

Tabela 12: Gastos

	2018	2017	Var. Abs	Var. %
Total	630.200.591	533.010.762	97.189.829	18,23%
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	37.079.867	9.861.173	27.218.694	276,02%
Fornecimentos e serviços terceiros	368.132.721	326.148.220	41.984.501	12,87%
Gastos com pessoal	96.698.421	82.794.719	13.903.702	16,79%
Imparidades de activos	4.338.858	6.064.696	-1.725.838	-28,46%
Outros gastos	12.445.509	9.349.287	3.096.222	33,12%
Gastos depreciação e amortização	102.772.192	90.195.187	12.577.005	13,94%
Juros e perdas suportados	8.733.023	8.597.480	135.543	1,58%

Os gastos operacionais, excluindo gastos com depreciação e amortizações e imparidades, registaram um aumento de 20% face ao período homólogo, totalizando 514,3 milhões de escudos. Esta variação é substancialmente determinada pelo comportamento dos gastos diretos, nomeadamente, custos com comissões de *acquiring* internacional (Visa e MasterCard) e outros gastos operacionais onde se incluem os serviços de terceiros.

Os Gastos com o Pessoal ascenderam a 96.6 milhões de escudos em 2018, um aumento de 16,7% (mais 13,9 milhões de escudos) com relação a 2017. O aumento deve-se, essencialmente, às contratações de novos técnicos e uma maior aposta na especialização e formação do Capital Humano da empresa.

O rácio Gastos com o Pessoal sobre Prestação de Serviço fixou-se em 11% em 2018 e 2017, e representa, aproximadamente, 15% dos custos totais da empresa.

Os gastos com as Amortizações fixaram-se em 102,7 milhões de escudos, um acréscimo de 13,9%, em linha com um aumento dos ativos não correntes registado no período.

O rácio CAPEX/receitas operacionais situou-se em 19,7% (13,8% em 2017) e os gastos com a depreciação e amortização representaram 11,8% dos rendimentos operacionais, e 12% em 2017.

A rubrica Imparidades inclui as provisões de cobrança duvidosa para clientes, no valor total de 4,3 milhões de escudos.

Outros gastos e perdas

A rubrica Outros Gastos no valor de 12,4 milhões de escudos (9,3 milhões de escudos para 2017) inclui, essencialmente, imposto de selo, quotizações, donativos e regularização da taxa definitiva da pro-rata do IVA.

Os Juros e Perdas de Financiamento incluem, essencialmente, as despesas relacionadas com garantias bancárias, despesas financeiras com processamento, diferenças de câmbios desfavoráveis somando um total de 8,7 milhões de escudos.

4.5 Resultado líquido do exercício

O Resultado Líquido da SISP registou uma variação positiva de 8,7% e de 17,4 milhões de escudos em termos de valor absoluto, comparativamente ao ano passado, atingindo o montante de 216,7 milhões de escudos. Na base desse crescimento esteve, essencialmente, o aumento dos rendimentos dos serviços Pagamento Automático e *Access fee*.

Pela negativa, destaca-se a variação nos custos com Fornecimentos e Serviços de Terceiros e Gastos com o Pessoal em 12,8% e 16,8%, respetivamente.

Fruto do aumento dos proveitos operacionais superiores ao registado nos custos, resultado do esforço da melhoria de eficiência que permanentemente caracteriza a atividade da empresa, o EBITDA cresceu 9,78% entre 2017 e 2018, fixando-se em 397,1 milhões de escudos.

5. SITUAÇÃO FINANCEIRA

5.1 Evolução do Balanço

A 31 de dezembro de 2018, o ativo líquido atingiu 1.385,5 milhões de escudos, o que corresponde a um decréscimo de 4,65% (- 67,6 milhões de escudos) em relação ao valor registado em dezembro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2017 o ativo líquido atingiu 1.453,2 milhões de escudos.

Tabela 13: Balanço

Ativo	31/12/2018	31/12/2017	Variação	Variação %
Ativo não Correntes	511.770.203	393.144.239	118.625.964	30,17%
Ativos Fixos Tangíveis	167.862.112	149.936.008	17.926.104	11,96%
Ativos Intangíveis	99.069.479	40.124.673	58.944.806	146,90%
Participação Financeira	244.838.612	203.083.558	41.755.054	20,56%
Ativo Corrente	873.820.812	1.060.073.713	-186.252.901	-17,57%
Inventários	63.551.044	67.713.730	-4.162.686	-6,15%
Dívidas a Curto Prazo	396.909.281	388.513.458	8.395.823	2,16%
Depósitos Bancários e Caixa	413.360.488	603.846.526	-190.486.038	-31,55%
Total do Ativo	1.385.591.016	1.453.217.953	-67.626.937	-4,65%
Capital Próprio	888.903.573	771.848.085	117.055.488	15,17%
Capital Social e Reservas	672.192.625	572.537.166	99.655.459	17,41%
Resultado Líquido do Período	216.710.948	199.310.919	17.400.029	8,73%
Passivo	496.687.442	681.369.868	-184.682.425	-27,10%
Passivo não Corrente	690.938	2.765.521	-2.074.583	-75,02%
Passivo Corrente	495.996.504	678.604.347	-182.607.842	-26,91%
Capital próprio + passivo	1.385.591.016	1.453.217.953	-67.626.937	-4,65%

Para esse decréscimo contribuíram, fundamentalmente, os seguintes fatores:

- Diminuição dos ativos correntes em 186,25 milhões de escudos, destacando-se, a diminuição da disponibilidade em 190,48 milhões de escudos, resultado essencialmente da diminuição da dívida de compensação associada ao negócio de *acquiring* (Visa e MasterCard);
- Aumento dos ativos não correntes em 118 milhões de escudos, gerados pelos investimentos feitos em diversos projetos da empresa em 2018;
- Diminuição de Inventários em 4,16 milhões de escudos;
- Aumento da participação financeira em 20,56%, ou seja, mais 41,75 milhões de escudos.

O Capital Próprio aumentou 15,1% em 2018 (116,8 milhões de escudos), em consequência do efeito conjugado da incorporação em reservas de 40% do resultado líquido de 2017 e o impacto do aumento no Resultado Líquido do exercício em 17,4 milhões de escudos.

O total do Passivo atingiu 496,6 milhões de escudos, uma diminuição de 184,6 milhões de escudos face ao ano anterior, justificada pela diminuição da dívida de compensação associada ao negócio de *acquiring*. Registou-se, ainda, uma diminuição nas provisões (passivo não corrente) em 2,07 milhões de escudos.

5.2 Indicadores de Gestão

Os Indicadores de Rendibilidade indicam que a empresa tem sido rentável, com um acréscimo no EBITDA (excluindo o impacto do justo valor, imparidades e provisões) em 11,52%.

Em termos prudenciais, a SISP apresenta uma boa performance e solidez, com fundos próprios acima dos 800 milhões de escudos, superior a 2017 em 11,87%.

Com o aumento registado nos Fundos Próprios, o rácio de Cobertura de Imobilizado continua bastante elevado, sendo de 488,81% em 2018, pese embora inferior ao registado em 2017 que foi de 591,91%

O Rácio de Solvabilidade, de acordo com o normativo do Banco de Cabo Verde, atingiu 59,19%, bem acima do mínimo de 12% legalmente exigidos.

Tabela 14: Indicadores de gestão

Rácios	2018	2017	2016	Varição
Rendibilidade				
EBITDA	357,5 mCVE	320,5 mCVE	307,4 mCVE	11,52%
Rendibilidade dos Capitais Próprios	24,38%	25,82%	24,17%	-5,58%
Rendibilidade Económica do Ativo (REA)	21,25%	18,69%	19,00%	13,69%
Rendibilidade Líquida das Vendas	24,94%	26,65%	23,72%	-6,43%
Eficiência Operacional				
Prazo Médio de Recebimentos	48	47	40	2,62%
Liquidez Geral	1,76	1,56	1,72	12,93%
Liquidez Reduzida	1,63	1,46	1,66	11,89%
Liquidez Imediata	0,83	0,89	1,14	-6,36%
Indicadores Prudenciais				
Fundos Próprios	823.1mCVE	735.8mCVE	627.9mCVE	11,90%
Solvabilidade	59,20%	59,09%	57,86%	0,19%
Cobertura do Imobilizado	488,94%	591,91%	612,02%	-17,40%

5.3 Proposta de Aplicação de Resultados

Tomando em consideração a política de distribuição de dividendos e fazendo uso da prerrogativa que lhe é atribuída por Lei e pelos Estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que nos termos legais e estatutários aplicáveis:

O resultado líquido do exercício de 2018, no montante de 216.710.948 CVE, seja aplicado da seguinte forma:

Tabela 15: Proposta de aplicação de resultado

	%	Valor
Dividendos	50%	108.355.474 CVE
Reserva Legal	10%	21.671.095 CVE
Outras Reservas	40%	86.684.379 CVE
Total		216.710.948 CVE

Essa proposta de aplicação justifica-se com o facto de a empresa estar numa fase da realização de grandes investimentos relacionados com a modernização da sua infraestrutura no sentido de reforçar a segurança e a alta disponibilidade de serviços, início de atividades relacionadas com novos negócios, nomeadamente, SWIFT e PKI e outros com potencial, a construção da nova sede bem como o possível arranque de um processo de internacionalização dos serviços. Associada a essa necessidade de investimentos, existe a demanda contínua por parte dos bancos no sentido de haver uma redução mais significativa dos tarifários ainda no decorrer do exercício de 2019, concomitantemente com uma maior partilha das receitas operacionais.

5.4 Demonstrações Financeiras

SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos					
Demonstrações de Resultados por natureza em 31 de dezembro de 2018 e 2017					
(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)					
Rubricas	Notas	31/12/2018	31/12/2017	Variação	%
Prestação de serviços e vendas	14	869.079.303	747.873.020	121.206.283	16,21%
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	7	(37.079.067)	(9.061.173)	(27.218.694)	276,02%
Resultado operacional bruto		831.999.436	738.011.847	93.987.589	12,74%
Fornecimento e serviços externos	15	368.132.721	326.148.220	41.984.501	12,87%
Valor acrescentado bruto		463.866.715	411.863.627	52.003.088	12,63%
Gastos com pessoal	16	96.698.421	82.794.719	13.903.702	16,79%
Provisões do exercício - Reversões	10	2.246.273	2.835.436	-589.163	-20,78%
Ajustamento de inventários - Aumentos	7 e 10	(1.057.235)	(14.796)	-1.042.439	7045,41%
Aumentos/redução do justo valor	6	41.755.054	44.454.598	-2.699.544	-6,07%
Ajustamento Imparidade de Activos Fixos -Aumentos	10	(161.495)	0	(161.495)	
Ajustamentos imparidade clientes/outDev	10	(3.120.128)	(6.049.900)	2.929.772	-48,43%
Outros gastos	17	12.445.509	9.349.287	3.096.222	33,12%
Impostos	17	10.844.587	8.920.039	1.924.548	21,58%
Quotizações	17	43.200	43.200	0	0,00%
Outros gastos e perdas	17	1.557.722	386.048	1.171.674	303,50%
Outros rendimentos e ganhos	17	2.798.416	868.807	1.929.609	222,10%
Resultado antes de amortizações perdas/ganhos de financiamento e imposto		397.183.670	361.813.766	35.369.904	9,78%
Gastos com depreciação e amortização	5	102.772.192	90.195.187	12.577.005	13,94%
Activos intangíveis	5	15.175.457	10.977.398	4.198.059	38,24%
Activos fixos tangíveis	5	87.596.735	79.217.789	8.378.946	10,58%
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e imposto)		294.411.478	271.618.579	22.792.899	8,39%
Juros e ganhos obtidos	18	4.400.950	4.489.198	(88.248)	-1,97%
Juros e perdas suportados	18	(8.733.023)	(8.597.480)	(135.543)	1,58%
Resultado antes de impostos		290.079.405	267.510.297	22.569.108	8,44%
Imposto sobre rendimento do período	19	(73.368.457)	(68.199.378)	(5.169.079)	7,58%
Resultado líquido do período		216.710.948	199.310.919	17.400.029	8,73%
Area Administrativa e Financeira				O Conselho de Administração	

SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos

Balanços em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Rubricas	Notas	31-12-2018	31/12/2017	Variação	%
ACTIVO					
Activo não corrente					
Activos fixos tangíveis	5	167.862.112	149.936.008	17.926.104	11,96%
Terrenos	5	5.915.292	5.915.292	0	0,00%
Edifícios e outras construções	5	14.032.075	16.255.810	-2.223.735	-13,68%
Equipamento básico	5	87.203.126	81.105.428	6.097.698	7,52%
Equipamento de transporte	5	13.114.986	6.414.197	6.700.789	104,47%
Equipamento administrativo	5	3.633.728	3.905.007	-271.279	-6,95%
Ferramentas e utensílios	5	2.897	6.329	-3.432	-54,23%
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis	5	43.960.008	36.333.945	7.626.063	20,99%
Activos intangíveis	5	99.069.479	40.124.673	58.944.806	146,90%
Programas de computador (Software)	5	44.428.848	11.910.953	32.517.895	273,01%
Outros activos Intangíveis	5	6.725.305	9.754.945	-3.029.640	-31,06%
Adiantamento por conta de activos intangíveis	5	47.915.326	18.458.775	29.456.551	159,58%
Participação Financeira - outros métodos	6	244.838.612	203.083.558	41.755.054	20,56%
Total do activo não corrente		511.770.203	393.144.239	118.625.964	30,17%
Activo corrente					
Inventários	7	63.661.044	67.713.730	-4.162.686	-6,16%
Mercadorias	7	2.869.725	22.175.964	-19.306.239	-87,06%
Materiais primas, subsidiárias e de consumo	7	60.681.319	45.537.766	15.143.553	33,25%
Clientes	11	342.908.723	304.316.477	38.592.246	12,68%
Outras contas a receber	11	36.125.171	70.885.828	-34.760.657	-49,04%
Diferimentos	8	17.875.387	13.311.153	4.564.234	34,29%
Depositos bancários	4	413.360.488	603.846.526	-190.486.038	-31,55%
Total do activo corrente		873.820.812	1.060.073.713	-186.252.901	-17,57%
Total do Activo		1.385.591.016	1.453.217.953	-67.626.937	-4,7%
CAPITAL PRÓPRIO e PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital	9	100.000.000	100.000.000	0	0,00%
Reservas legais	9	51.263.738	31.332.646	19.931.092	63,61%
Reservas livres	9	14.401.872	14.401.872	0	0,00%
Outras reservas	9	451.760.691	372.036.324	79.724.367	21,43%
Resultados transitados		54.766.324	54.766.324	0	0,00%
Resultado líquido do período		216.710.948	199.310.919	17.400.029	8,73%
Total de capital próprio		888.903.573	771.848.085	117.055.488	15,2%
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Provisões	10	690.938	2.765.521	-2.074.583	-75,02%
Total do passivo não corrente		690.938	2.765.521	-2.074.583	-75,0%
Passivo corrente					
Fornecedores - investimentos	11	5.649.356	16.429.227	-10.779.871	-65,61%
Fornecedores, conta corrente	11	29.719.499	28.471.965	1.247.534	4,38%
Adiantamento de clientes	11	-	21.373.896	-21.373.896	100,00%
Compensação Visa/Mastercard	12	345.110.727	404.568.638	-59.457.911	-14,70%
Estado e outros entes públicos	13	37.191.783	51.365.907	-14.174.123	-27,59%
Outras contas a pagar	11	61.780.870	143.724.114	-81.943.244	-57,01%
Acréscimo de gastos	8	16.544.269	12.670.600	3.873.669	30,57%
Total do passivo corrente		495.996.504	678.604.347	-182.607.842	-26,9%
Total de Passivo		496.687.442	681.369.868	-184.682.425	-27,10%
Total do capital próprio e passivo		1.385.591.016	1.453.217.953	-67.626.937	-4,7%

Area Administrativa e Financeira

O Conselho de Administração

SISP - Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos
 Demonstração de Alterações no Capital Próprio em 31/12/2018
 (Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde)

Posição	Descrição	Notas	Capital Realizado	Reservas Legais	Reservas Livres	Outras reservas	Resultados Translados	Resultado Líquido do Período	Total
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO	(1)		100.000,000	31.332,646	14.401,872	307.306,939	54.756,324	161.823,962	669.632,743
Resultado Líquido do Período			-	-	-	-	-	199.310,919	199.310,919
Aplicação do Resultado Líquido		9	-	-	-	64.730,365	-	(64.730,365)	-
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO	(2)		100.000,000	31.332,646	14.401,872	372.036,324	54.756,324	296.406,496	868.943,662
Distribuições Dividendos	(3)		-	-	-	-	-	(97.095,577)	(97.095,577)
ALTERAÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2018	(4)=(1+2+3)		100.000,000	31.332,646	14.401,872	372.036,324	54.756,324	199.310,919	771.848,085
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO			-	-	-	-	-	216.710,948	216.710,948
Resultado Líquido do Período		9	-	-	-	-	-	(99.655,459)	0
Aplicação do Resultado Líquido			100.000,000	51.263,738	14.401,872	451.760,691	54.756,324	316.366,408	988.559,033
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO			-	-	-	-	-	(99.655,460)	(99.655,460)
Distribuições Dividendos			-	-	-	-	-	-	-
POSICÃO NO FIM	(4+5+6)	(6)	100.000,000	51.263,738	14.401,872	451.760,691	54.756,324	216.710,948	888.903,573

[Handwritten signature]

[Handwritten signatures and initials]

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Anexo às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018
(Montantes expressos em Escudos de Cabo Verde - CVE)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (“SISP” ou “Sociedade”) é uma sociedade anónima, que tem como sócios, o Estado enquanto o principal pagador no país, o Banco de Cabo Verde, na qualidade de promotor do bom funcionamento dos Sistemas de compensação e de Pagamentos, os bancos comerciais exercendo a sua atividade em Cabo Verde designadamente Banco Comercial do Atlântico, S.A., Banco Interatlântico, S.A.R.L., Banco Caboverdiano de Negócios, S.A. e Caixa Económica de Cabo Verde, S.A. e a Cabo Verde Telecom, S.A. cuja atividade de prestadora de serviços de telecomunicações é de particular interesse para o desenvolvimento dos Sistemas de Pagamentos. Foi constituída em 1999 e tem a sua sede social em Achada Santo António – Praia, Cabo Verde.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018, foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 26 de abril de 2019.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Sociedade, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Cabo Verde, vertidas na Portaria nº 49/2008, de 29 de dezembro, do Ministério das Finanças, que determina a adoção do Sistema de Normalização Contabilística de Relato Financeiro para Cabo Verde (“SNC”), em substituição do Plano Nacional de Contabilidade (POC) aprovado pelo Decreto n.º 4/84, de 30 de janeiro, que inclui um conjunto de Normas de Relato Financeiro (“NRF”). Apesar de, conforme disposto no Aviso nº 2/2007 do Banco de Cabo Verde, as entidades, nas quais se enquadra a SISP, deverem adotar as Normas Internacionais de Relato Financeiro, em agosto de 2008 a SISP obteve autorização do Banco de Cabo Verde para a utilização do POC, tendo nessa data transitado para as NRF.

As NRF foram adotadas para os períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2009. Este Sistema de Normalização Contabilística de Relato Financeiro visa transpor para o direito interno Normas de Relato Financeiro que constituem uma adaptação das Normas Internacionais de Contabilidade e das Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* (“IASB”).

Está em discussão a implementação das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) junto do Banco de Cabo Verde, não existindo por agora uma data definida para a mesma.

3. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Sociedade, de acordo com o Sistema de Normalização de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas por duodécimos, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Edifícios e outras construções	5 a 25
Equipamento básico - POS	2
Equipamento básico - outros	3 a 12
Equipamento de transporte	4
Ferramentas e utensílios	5 a 12
Equipamento administrativo	4 a 12

As vidas úteis e método das depreciações dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospetivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que incorrem.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido ou a receber na transação e a quantia escriturada do ativo líquida de amortizações acumuladas, e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Os dispêndios com atividades de pesquisa são registados como gastos no período em que incorrem.

As amortizações de ativos intangíveis são reconhecidas numa base linear durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Classe de Bens	Anos
Programas de Computador	3 a 5
Propriedade industrial - Marcas e Patentes	3 a 10
Outros Ativos Intangíveis	3 a 10

As vidas úteis e método das amortizações dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospetivamente.

3.4 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Sociedade com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da unidade geradora de caixa) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram.

A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica de “Reversões de imparidade”.

3.5 Inventários

Os inventários encontram-se registados pelo seu custo histórico. O custo inclui todos os custos de compra e outros incorridos para colocar os bens no seu local e na sua condição atual. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registado um ajustamento (perda por imparidade) pela respetiva diferença. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas nas rubricas de resultados “Ajustamentos de inventários – Perdas/Reversões”.

O método de custeio dos inventários adotado pela Sociedade consiste no custo médio ponderado.

3.6 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Sociedade se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo registados de acordo com as disposições da NRF 16 – Instrumentos Financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado

São mensurados “ao custo ou custo amortizado” os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida;
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável;
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros

estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro (taxa de juro efetiva).

Nesta categoria incluem-se, conseqüentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

i. Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado, o qual pode vir deduzido de eventuais perdas por imparidade. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

ii. Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

iii. Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

iv. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado.

Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente comissões bancárias e imposto de selo, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de “Financiamentos obtidos”.

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são incluídos na categoria “ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados”.

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas “Perdas por reduções de justo valor” e “Ganhos por aumentos de justo valor”.

No caso da SISP, esta categoria inclui participações financeiras em entidades que não sejam subsidiárias, empresas conjuntamente controladas e associadas. Estas participações

financeiras são mensuradas ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados, exceto quando dizem respeito a entidades cujos instrumentos de capital próprio não são negociados publicamente (ações não cotadas em bolsa) e cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade, caso em que as mesmas são mensuradas ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Os instrumentos financeiros derivados relacionados com tais instrumentos de capital próprio, são igualmente incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado”, sendo mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

(iii) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros incluídos na categoria “ao custo ou custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Imparidade de dívidas a receber” ou “Imparidade de ativos não depreciáveis” no período em que são determinadas. Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por contrapartida de resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de imparidade”. Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio mensurado ao custo ponderado.

3.7 Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito reconhecido está deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Sociedade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Sociedade;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Sociedade e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Sociedade a receber o correspondente montante.

3.8 Imposto sobre o rendimento

O Imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos

diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente a pagar é calculado com base no lucro tributável da Sociedade. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e os passivos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis e os ativos por impostos diferidos são reconhecidos para as diferenças temporárias dedutíveis para as quais existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos, ou diferenças temporárias tributáveis que se revertam no mesmo período de reversão das diferenças temporárias dedutíveis. Em cada data de relato é efetuada uma revisão dos ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

3.9 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Sociedade) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio da data de determinação do justo valor. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.10 Provisões e passivos contingentes

As provisões são registadas quando a Sociedade tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa

obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste na melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.11 Especialização de exercícios

A Sociedade regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respetivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como ativos ou passivos.

3.12 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“*adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço (“*non adjusting events*” ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

3.13 Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos

passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- a) Vida útil dos equipamentos denominados por “POS” – em 2010 a Sociedade desenvolveu um estudo de utilização e substituição dos POS, com vista a apurar a vida útil destes equipamentos. Como resultado deste estudo foi atribuída uma vida útil de dois anos, a qual será periodicamente revista. Em 2018 a Sociedade ainda aplica as conclusões obtidas no estudo realizado em 2010 por considerar que o estudo ainda se mantém atual.
- b) Os impostos sobre os lucros (correntes e diferidos) são determinados pela Sociedade com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal em vigor. No entanto, em algumas situações a legislação fiscal pode não ser suficientemente clara e objetiva e originar a existência de diferentes interpretações. Os valores registados resultam do melhor entendimento dos órgãos responsáveis da Sociedade sobre o correto enquadramento das suas operações, o qual é, no entanto, suscetível de ser questionado pelas Autoridades Fiscais. Na preparação da estimativa para o exercício de 2018 a Sociedade considerou as disposições previstas no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC).

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes corresponde a depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Caixa e seus equivalentes apresenta a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		
. Em bancos nacionais	64.741.271	58.698.136
. Em bancos estrangeiros	313.619.217	400.961.193
Caixas e seus equivalentes	378.360.488	459.659.329
Depósito a Prazo	35.000.000	144.187.197
Depósitos bancários e caixa	<u>413.360.488</u>	<u>603.846.526</u>

Em 31 de dezembro de 2018 a rubrica “Depósitos a prazo” corresponde a um depósito a prazo, a qual vence juro à taxa anual bruta de 3,75% e tem vencimento no mês de outubro do ano seguinte.

Em 31 de dezembro de 2017 a rubrica “Depósitos a prazo” correspondia a 5 depósitos a prazo, os quais venceram juros à taxa média anual bruta de 2,56% e têm vencimentos nos meses de julho e outubro do ano seguinte.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis – em bancos estrangeiros” inclui essencialmente os saldos referentes às operações de liquidação internacional com a VISA e MasterCard (Nota 12), que em 2018 corresponderam a 345.110.727 CVE.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios de 2018 e 2017, o movimento ocorrido nas rubricas de ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis foi o seguinte:

	31/12/2017				31/12/2018			
	Valor Líquido	Aquisições	Transferências Abates/Alienações	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidades	Valor Líquido
Activos fixos tangíveis								
Terrenos	5.915,292	-	-	-	5.915,292	-	-	5.915,292
Edifícios e outras construções	16.255,810	-	-	(2.223,735)	57.728,376	(43.696,301)	-	14.032,075
Equipamento básico	81.105,428	4.401,274	81.761,439	(80.065,015)	558.802,882	(471.599,755)	-	87.203,126
Equipamento de transporte	6.414,197	11.157,959	-	(4.457,170)	33.877,394	(20.762,408)	-	13.114,986
Equipamento administrativo	3.905,007	483,946	92,158	(847,383)	13.504,855	(8.871,127)	-	3.633,728
Ferramentas e utensílios	6,329	-	-	(3,432)	1.583,308	(1.580,411)	-	2,897
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis	36.333,945	84.240,502	(81.853,597)	-	40.536,321	-	(1.815,471)	38.720,850
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis (Sede)	-	5.239,158	-	-	5.239,158	-	-	5.239,158
	<u>149.936.008</u>	<u>105.522.839</u>	<u>-</u>	<u>(87.596.735)</u>	<u>717.187.586</u>	<u>(547.510.002)</u>	<u>(1.815,471)</u>	<u>167.862.112</u>
Activos intangíveis								
Programas de computador (Software)	11.910,953	8.327,248	36.336,464	(12.145,817)	279.425,709	(234.996,861)	-	44.428,848
Propriedade industrial - Marcas e patentes	0	-	-	-	479,238	(479,238)	-	0
Outros Activos Intangíveis	9.754,945	-	-	(3.029,640)	22.572,493	(15.847,188)	-	6.725,305
Adiantamentos por conta de activos intangíveis	18.458,775	65.793,015	(36.336,464)	-	48.785,910	-	(870,584)	47.915,326
	<u>40.124,673</u>	<u>74.120,263</u>	<u>-</u>	<u>(15.175,457)</u>	<u>351.263,350</u>	<u>(251.323,287)</u>	<u>(870,584)</u>	<u>99.069,479</u>
	<u>190.060,681</u>	<u>179.643,102</u>	<u>-</u>	<u>(102.772,192)</u>	<u>1.068.450,936</u>	<u>(798.833,289)</u>	<u>(2.686,055)</u>	<u>266.931,591</u>

	31/12/2017							
	Saldo inicial							
	Valor líquido	Aquisições	Transferências e abates	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Imparidades	Valor líquido
Activos fixos tangíveis								
Terrenos	5,915,292	-	-	-	5,915,292	-	-	5,915,292
Edifícios e outras construções	18,479,545	-	-	(2,223,735)	57,728,376	(41,472,566)	-	16,255,810
Equipamento básico	102,350,693	1,208,092	49,222,659	(71,676,016)	521,245,415	(440,139,986)	-	81,105,428
Equipamento de transporte	6,430,439	-	4,500,000	(4,516,242)	31,158,902	(24,744,705)	-	6,414,197
Equipamento administrativo	4,583,346	454,202	(350,285)	(782,256)	12,928,751	(8,023,744)	-	3,905,007
Ferramentas e utensílios	25,869	-	-	(19,540)	1,583,308	(1,576,979)	-	6,329
Adiantamento por conta de activos fixos tangíveis	1,877,628	87,828,691	(53,372,374)	-	37,987,921	-	(1,653,976)	36,333,945
	139,662,812	89,490,985	-	(79,217,789)	668,547,965	(516,957,980)	(1,653,976)	149,936,008
Activos intangíveis								
Programas de computador (Software)	14,324,775	-	5,533,936	(7,947,758)	234,761,997	(222,851,044)	-	11,910,953
Propriedade industrial - Marcas e patentes	-	-	-	-	479,238	(479,238)	-	0
Outros Activos Intangíveis	12,784,585	-	-	(3,029,640)	22,572,493	(12,817,548)	-	9,754,945
Adiantamentos por conta de activos intangíveis	2,653,529	21,339,182	(5,533,936)	-	19,329,359	-	(870,584)	18,458,775
	29,762,889	21,339,182	-	(10,977,398)	277,143,087	(236,147,830)	(870,584)	40,124,673
	169,425,701	110,830,167	-	(90,195,187)	945,691,052	(753,105,810)	(2,524,560)	190,060,681

As movimentações ocorridas nas rubricas de “Adiantamentos por conta de ativos fixos tangíveis” no valor de 40.536.321 CVE e “Adiantamentos por conta de ativos intangíveis” no valor de 48.785.910 CVE referem-se essencialmente a Aquisições de equipamentos e desenvolvimento de aplicações operacionais diversas, que não entraram em funcionamento até 31 de dezembro de 2018. Encontra-se registado como adiantamento de ativos em curso (Sede) um valor de 5.239.158 CVE, referente a gastos incorridos com a construção do novo edifício, nomeadamente relativos a requisitos da estrutura e segurança do edifício.

No exercício de 2016, a SISP procedeu à constituição das seguintes imparidades para ativos em curso: (i) 870.584 CVE para a parte de *software* do projeto de gestão de frotas e sistema de controlo de armazém que se encontra parada desde abril de 2012; e (ii) 1.653.976 CVE para os custos associados ao desenvolvimento de um novo interface de negócio, que se encontra descontinuado desde abril de 2015.

No exercício de 2017, a SISP procedeu ao abate de 637 POS adquiridos entre 2009 e 2012 no valor bruto total de 25.515.211 CVE, que se encontravam totalmente amortizados.

No exercício de 2018, procedeu à constituição de imparidade no valor de 161.495 CVE, valor referente a 5 terminais POS pagos ao fornecedor Ingenico em 2016 mas que a SISP não chegou a receber.

No exercício de 2018, a SISP procedeu ao abate de 1.251 POS adquiridos entre 2009 e 2013 no valor bruto total de 48.181.039 CVE, que se encontravam totalmente amortizadas.

No exercício de 2018, a SISP procedeu a alienação de 4 viaturas no valor bruto de 8.439.467 CVE que se encontravam totalmente amortizados.

No exercício de 2010 a Sociedade entregou junto da Administração Fiscal um documento a requerer a aceitação em termos fiscais da alteração das vidas úteis dos equipamentos POS de

cinco anos para dois anos, aguardando ainda resposta por parte da mesma. O Conselho de Administração antecipa que este pedido venha a ter parecer favorável.

6. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, os investimentos financeiros da Sociedade apresentam a seguinte composição:

			<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
	Número de acções	Valor unitário	Valor de aquisição	Valor de balanço
Visa Inc. - Classe C	<u>19.256</u>	<u>12.715</u>	<u>14.401.872</u>	<u>244.838.612</u>
			<u>203.083.558</u>	

O movimento ocorrido na quantia escriturada da participação financeira na VISA Inc. foi o seguinte:

Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>158.628.960</u>
Ganhos por aumento do justo valor	44.454.598
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>203.083.558</u>
Ganhos por aumento do justo valor	41.755.054
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	<u>244.838.612</u>

Atendendo a que as ações da Classe C podem ser convertidas em ações da Classe A, a participação Visa Inc. encontra-se valorizada com base na cotação das correspondentes ações da Classe A da Visa Inc. que se encontram cotadas na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Em 31 de Dezembro de 2018 a cotação das ações da classe A ascendia a 131,94 USD (12.715 CVE).

Em Março de 2015 ocorreu um *stocksplit*, passando cada ação da classe C a equivaler a 4 ações da classe A, data a partir da qual o número de ações classe C passou a ser 19.256 ações.

7. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Montante bruto	Perdas por imparidade (Nota 10)	Montante líquido	Montante bruto	Perdas por imparidade (Nota 10)	Montante líquido
Mercadorias						
Adiantamentos por compras						
Mercado interno	-	-	-	-	-	-
Mercado externo	-	-	-	20.329.632	-	20.329.632
	-	-	-	20.329.632	-	20.329.632
Cartas de Pin	2.364.718	-	2.364.718	1.567.247	-	1.567.247
Cartões PVC Branco	422.711	-	422.711	279.085	-	279.085
Cartões Plásticos Brancos RFID	82.296	-	82.296	-	-	-
	2.869.725	-	2.869.725	1.846.332	-	1.846.332
Subtotal Mercadorias	2.869.725	-	2.869.725	22.175.964	-	22.175.964
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo						
Adiantamentos por compras						
Mercado interno						
Mercado externo	8.695.842	-	8.695.842	11.191.925		11.191.925
	8.695.842	-	8.695.842	11.191.925	-	11.191.925
Peças POS	3.797.936	-	3.797.936	3.813.828	-	3.813.828
Peças ATM	50.394.459	(2.572.062)	47.822.397	32.055.766	(1.686.517)	30.369.249
Consumíveis cartões	162.764	-	162.764	162.764	-	162.764
Consumíveis Cartões PKI	202.380	-	202.380	-	-	-
	54.557.539	(2.572.062)	51.985.477	36.032.358	(1.686.517)	34.345.841
Subtotal Mat.-primas, sub. e de consumo	63.253.381	(2.572.062)	60.681.319	47.224.283	(2.572.062)	45.537.766
Total inventários	66.123.106	(2.572.062)	63.551.044	69.400.247	(1.686.517)	67.713.730

A constituição das perdas por imparidades de inventários resulta de uma análise periódica do menor entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido, sendo os ajustamentos registados na rubrica “Ajustamentos de Inventários” (Nota 10).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Matéria Primas, Subsidiárias de Consumo, “Adiantamentos por conta de compras – mercado externo” diz respeito a adiantamentos a fornecedores efetuados pela Sociedade para aquisição de peças de ATM.

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica Mercadorias, “Adiantamentos por conta de compras – mercado externo” diz respeito a adiantamentos a fornecedores efetuados pela Sociedade para aquisição de máquinas ATM.

Os gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas reconhecidos no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Saldo inicial	1.846.332	34.345.841	36.192.173	1.739.951	26.461.449	28.201.400
Transferência	20.329.632	5.520.230	25.849.862		2.343.238	2.343.238
Compras	4.962.222	24.930.812	29.893.034	1.599.545	13.909.163	15.508.708
Regularizações - ajustamentos						
Saldo final*	2.869.725	51.985.477	54.855.202	1.846.332	34.345.841	36.192.173
Gastos com mercadorias vendidas e matérias consumidas	24.268.461	12.811.406	37.079.867	1.493.164	8.368.009	9.861.173

- Excluindo Adiantamento por conta de compras.

8. DIFERIMENTOS ATIVOS/ PASSIVOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Ativo corrente</u>		
Contratos de manutenção:		
. Primekey	2.747.436	-
. Oracle	2.402.376	2.320.869
. Bizfirst	1.360.858	1.275.436
. RIS2048	983.030	-
. Logzilla	746.210	-
. HP	445.009	3.067.638
. Outros	<u>2.164.789</u>	<u>1.416.013</u>
	<u>10.849.708</u>	<u>8.079.956</u>
Contrato com VISA Internacional	3.377.010	2.774.910
Seguros	2.220.289	1.103.818
Outros	<u>1.428.380</u>	<u>1.352.469</u>
	<u>7.025.679</u>	<u>5.231.197</u>
	<u>17.875.387</u>	<u>13.311.153</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Diferimentos” registava montantes referentes a diversos contratos de manutenção no valor total de 10.849.708 CVE e 8.079.956 CVE, respetivamente que se encontram a ser deferidos de acordo com o período a que os serviços respeitam.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica “Contrato com Visa Internacional” diz respeito a um contrato de manutenção renovado anualmente celebrado com a entidade Visa Internacional.

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
<u>Passivo corrente</u>		
Acréscimo de gastos		
. Visa	5.711.981	4.942.399
. Prémio desempenho	3.757.488	2.649.673
. Mastercard	3.530.538	3.442.155
Outros	<u>3.544.262</u>	<u>1.636.373</u>
	<u>16.544.269</u>	<u>12.670.600</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as rubricas “Acréscimo de gastos – “MasterCard” e “Acréscimos de gastos – Visa” incluem o montante estimado dos gastos incorridos pela Sociedade, ainda a ser faturados pela MasterCard e Visa, respetivamente, no âmbito do serviço MasterCard e Visa em Cabo Verde. Relativamente à rubrica “Acréscimos de gastos – Visa”, a variação ocorrida está relacionado com o aumento do volume de negócios.

Em 31 de dezembro de 2018, a rubrica “Acréscimos de gastos – Outros” inclui o montante de 1.654.234 CVE, relativos às comissões POS a pagar aos bancos e o valor de 1.500.000 CVE referente a donativos estimados para 2018 (Nota 17).

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Acréscimos de gastos – Outros” inclui o montante de 1.472.902 CVE, relativos às comissões POS a pagar aos bancos (Nota 8).

9. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital da Sociedade, totalmente subscrito e realizado, era composto por 100.000 ações com o valor nominal de mil Escudos de Cabo Verde cada.

Reservas

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 as reservas da Sociedade apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Reserva legal	51.263.738	31.332.646
Reservas livres	14.401.872	14.401.872
Outras reservas	451.760.691	372.036.324
	<u>517.426.301</u>	<u>417.770.842</u>

De acordo com a lei que regula as atividades das instituições financeiras em vigor em Cabo Verde (lei nº 62/VIII/2014), uma fração não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício, deve ser destinada ao reforço da reserva legal, até um limite igual ao valor do capital social ou ao somatório das reservas livres constituídas e dos resultados transitados, se superior.

Distribuições

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de abril de 2018, os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 atribuídos aos acionistas ascenderam a 99.655.459 CVE (correspondente a 996,55 CVE por ação).

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de maio de 2017, os dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 atribuídos aos acionistas ascenderam a 97.095.577 CVE (correspondente a 970,95 CVE por ação).

10. PROVISÕES, IMPARIDADES E PASSIVOS CONTINGENTES

Nos exercícios de 2018 e 2017 o movimento ocorrido nas provisões e imparidades pode ser detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2017</u>	<u>Reforços</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisões					
- Contingências fiscais	<u>2.765.521</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.074.583)</u>	<u>690.938</u>
Imparidades					
- Clientes - Valores em trânsito/Clientes (Nota 11)	19.419.714	3.120.128	-	-	22.539.842
- Outras contas a receber (Nota 11):					
. Liquidação internacional VISA/Mastercard	4.719.970	-	-	-	4.719.970
. Chargeback	9.290.327	-	-	-	9.290.327
- Ativos em curso (Nota 5)	2.524.560	161.495	-	-	2.686.055
- Outros devedores (Nota 11)	1.556.984	-	-	-	1.556.984
- Existências (Nota 7)	<u>1.686.517</u>	<u>1.057.235</u>	<u>-</u>	<u>(171.690)</u>	<u>2.572.062</u>
	<u>39.198.072</u>	<u>4.338.858</u>	<u>-</u>	<u>(171.690)</u>	<u>43.365.240</u>

	<u>41.963.593</u>	<u>4.338.858</u>	<u>-</u>	<u>(2.246.273)</u>	<u>44.056.178</u>
	<u>31/12/2016</u>	<u>Reforços</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Reversões</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisões					
- Contingências fiscais	<u>5.600.957</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.835.436)</u>	<u>2.765.521</u>
Imparidades					
- Clientes - Valores em trânsito/Clientes (Nota 11)	16.954.812	2.666.534	(201.632)	-	19.419.714
- Outras contas a receber (Nota 11):					
· Liquidação internacional VISA/Mastercard	4.719.970	651.629	(651.629)	-	4.719.970
· Chargeback	6.633.942	2.656.385	-	-	9.290.327
- Ativos em curso (Nota 5)	2.524.560	-	-	-	2.524.560
- Outros devedores (Nota 11)	1.481.632	75.352	-	-	1.556.984
- Existências (Nota 7)	<u>1.686.517</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.686.517</u>
	<u>34.001.433</u>	<u>6.049.900</u>	<u>(853.261)</u>	<u>-</u>	<u>39.198.072</u>
	<u>39.602.390</u>	<u>6.049.900</u>	<u>(853.261)</u>	<u>(2.835.436)</u>	<u>41.963.593</u>

A Sociedade tem registada uma provisão para fazer face a contingências fiscais em sede de IUR – Retenção na Fonte que poderão resultar de diferentes interpretações da legislação aplicável à Sociedade, nomeadamente para serviços prestados até 2015 por fornecedores não residentes para os quais não dispõem de certificado de residência num país com quem Cabo Verde tenha acordo de dupla tributação. Relativamente a esta matéria, após as reclamações enviadas pela SISP à DGCI, no exercício de 2016, a empresa foi notificada para a liquidação em Sede de IUR do imposto adicional no valor de 3.436.967 CVE, referente à retenção na fonte de não residentes do ano de 2014 no valor de 2.864.139 CVE mais os Juros no valor de 572.828 CVE, tendo o remanescente sido perdoado.

No exercício de 2016, a provisão para contingências fiscais em sede de IVA e IUR relativa aos anos de 2007 a 2011 no montante de 6.686.310 CVE e 2.280.668 CVE, respetivamente, foi revertida de acordo com o artigo 89º do código do processo tributário, o qual prevê que os tributos caducam quando a liquidação não seja validamente notificada ao sujeito passivo passados 5 anos.

No exercício de 2018 e 2017, as provisões para contingências fiscais em sede de IUR relativa ao ano de 2013 e 2012 respetivamente, no montante de 2.074.583 CVE e 2.835.436 CVE, foram revertidas de acordo com o artigo 89º do código do processo tributário, o qual prevê que os tributos caducam quando a liquidação não seja validamente notificada ao sujeito passivo passados 5 anos.

No exercício de 2017, foi reforçada imparidade para liquidação internacional nomeadamente chargebacks MasterCard com algum risco de cobrança no valor de 2.656.385 CVE.

11. ATIVOS / PASSIVOS FINANCEIROS

a. Clientes e outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	31/12/2018			31/12/2017		
	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 10)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas por imparidade acumuladas (Nota 10)	Valor líquido
Cientes						
Clientes conta corrente	365.448.565	(22.539.842)	342.908.723	323.736.191	(19.419.714)	304.316.477
Outras contas a receber	50.135.468	(14.010.297)	36.125.171	84.896.125	(14.010.297)	70.885.828
	415.584.033	(36.550.139)	379.033.894	408.689.910	(33.430.011)	375.202.305

Em dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outras contas a receber” inclui os montantes de 35.659.346 CVE e 67.646.444 CVE, respetivamente, que correspondem essencialmente a valores transacionados com cartões internacionais que aguardam por confirmação por parte da VISA e MasterCard nos montantes, para os quais se encontra registada uma Imparidade de 4.719.970 CVE. Adicionalmente em 31 de dezembro de 2018 e 2017, esta rubrica inclui valores relativos a chargebacks nos montantes de 10.810.813 CVE e 10.184.627 CVE, respetivamente, para os quais se encontra registada uma imparidade de 9.290.327 CVE.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a referida rubrica ainda inclui valores a receber de outros devedores, líquido de imparidade, no montante de 1.384.462 CVE e 5.411.209 CVE, respetivamente, sendo que a imparidade corresponde ao montante de 1.556.984 CVE.

b. Adiantamento de clientes

Em 31 de dezembro de 2017, a rubrica “Adiantamento de clientes” diz respeito a valor de adiantamento dos bancos para aquisição de máquina ATM’s em 21.373.896 CVE. Esse saldo foi regularizado no decorrer do ano de 2018.

c. Fornecedores e outros passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Fornecedores		
Fornecedores - Investimentos	<u>5.649.356</u>	<u>16.429.227</u>
Fornecedores, conta corrente		
Em moeda nacional	9.158.405	5.403.755
Em moeda estrangeira	17.679.669	19.175.993
Fornecedores por acréscimo de gastos		
Em moeda estrangeira	<u>2.881.425</u>	<u>3.892.217</u>
	<u>29.719.499</u>	<u>28.471.965</u>
Outras contas a pagar	61.780.870	143.724.114
	<u>97.149.725</u>	<u>188.625.306</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a rubrica "Outras contas a pagar" refere-se ao montante de 61.780.870 CVE e 143.675.311 CVE, respetivamente, relativo ao montante pendente a pagar pela Sociedade ao Banco de Cabo Verde decorrente da realização da compensação interbancária entre os diversos Bancos Agentes e o mesmo no final do exercício respetivo.

12. COMPENSAÇÃO VISA/MASTERCARD

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o saldo desta rubrica corresponde ao valor em aberto nestas datas junto do Banco de Cabo Verde, resultante do adiantamento de verbas realizado por esta instituição no âmbito do processo de liquidação internacional. A SISP é responsável pelo processamento da liquidação das operações realizadas em Cabo Verde com cartões VISA e MasterCard, mantendo nas suas demonstrações financeiras diversos saldos associados a essas operações (Notas 4 e 11).

Em 2018, o valor em aberto foi de 345.110.727 CVE e em 2017 404.568.638 CVE.

13. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas		
Exercício de 2014	-	12.729.053
Exercício de 2017	-	68.199.378
Exercício de 2018	73.368.457	
Pagamento Por Conta	(50.483.373)	(40.530.051)
Imposto sobre o valor acrescentado	9.316.438	6.969.134
Contribuições para a Segurança Social	2.555.235	1.977.529
Retenções sobre terceiros	1.330.956	1.171.896
Tributação Autónoma	23.123	35.174
Outros impostos - Imposto selo	1.080.947	813.793
	<u>37.191.783</u>	<u>51.365.907</u>

Em 1 de janeiro de 2015 entrou em vigor o Código do IRPC que incorpora um conjunto de alterações face ao Imposto Único sobre o Rendimento que estava anteriormente em vigor, incluindo no que diz respeito ao pagamento do imposto. Nesta matéria, o pagamento da autoliquidação e da liquidação corretiva referente ao IUR de 2014 pode ser efetuado em três prestações iguais, com vencimento em setembro de 2016, em setembro de 2017 e setembro de 2018. Em setembro de 2018 e 2017, conforme referido acima, a SISP procedeu ao pagamento do 12.729.053 CVE e 12.729.054 CVE, respetivamente referente à autoliquidação e liquidação corretiva devida do IUR de 2014.

Adicionalmente, o IRPC passa a ser liquidado em três pagamentos por conta fracionados, com vencimento em março, julho e novembro do próprio ano a que respeita o imposto, no valor de 30%, 30% e 20% da coleta relativa aos rendimentos do ano anterior.

14. VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

As vendas e prestação de serviços reconhecidas pela Sociedade nos exercícios de 2018 e 2017 são detalhados conforme se segue:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
<u>Vendas</u>		
Máquinas ATM	<u>22.651.689</u>	<u>-</u>
<u>Serviços bancários</u>		
Processamento		
Vinti4	138.020.750	138.604.994
Visa	20.194.380	20.327.782
Mastercard	14.548.530	13.087.007
TEF	11.976.247	10.765.273
Telecompensação	1.685.815	1.718.540
Outros Cartões	5.081.989	5.059.685
Gestão de terminais	39.561.100	37.436.300
Gestão de cartões	32.036.062	29.640.833
Ligação à rede		
Terminais ATM		
CPD	7.200.000	7.500.000
Produção de cartão	8.462.229	8.527.535
<u>Serviços não bancários</u>		
Pagamento automático	459.131.144	391.117.248
Access Fee	80.105.790	61.413.387
Pagamento de serviços	27.283.120	21.240.500
Cartões não bancários	107.730	202.250
Outros Serviços	1.069.797	1.262.695
<u>Descontos e abatimentos</u>	<u>(37.069)</u>	<u>(31.009)</u>
	<u><u>869.079.303</u></u>	<u><u>747.873.020</u></u>

A rubrica vendas no valor de 22.651.689 CVE, refere a vendas de 46 equipamentos ATM's aos bancos. A referida venda teve um custo associado de 22.746.060 CVE.

Em janeiro de 2014 a Sociedade passou a cobrar um *fee* de 110 CVE por cada levantamento efetuado com cartão internacional (Visa/MasterCard), o qual encontra-se a registado na rubrica "Access Fee". O referido *fee* foi suspenso em finais de julho de 2015, tendo o mesmo sido retomado em agosto de 2016 no valor de 165 CVE por cada levantamento com cartão

Internacional (Visa/MasterCard). A partir de 1 de março de 2018, o valor por cada levantamento com cartão Internacional (Visa/MasterCard) passou a ser de 200 CVE.

No decorrer do exercício de 2012, dando continuidade ao processo de automatização do serviço de compensação, o Banco de Cabo Verde (BCV) implementou um sistema que permite efetuar ordens de transferência de fundos a crédito de uma forma mais eficiente. Considerando a melhoria contínua da prestação deste serviço aos participantes do sistema e a racionalização do processo de transmissão de informação, o BCV delegou a gestão deste serviço à Sociedade, encontrando-se as respetivas tarifas de processamento incluídas na rubrica “Serviços bancários – TEF”.

A variação ocorrida na rubrica “Serviços não bancários – Pagamento automático” justifica-se essencialmente pelo aumento do número de transações efetuadas na rede Vinti4 durante o exercício de 2018.

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Comissões Acquiring Visa	113.482.318	100.162.789
Comissões Acquiring MasterCard	103.329.893	83.469.472
Conservação e reparação	48.791.744	42.510.296
Comunicações	34.809.612	40.895.243
Avenças	22.518.049	19.193.838
Comissões Vinti4	15.527.167	12.237.616
Eletricidade	7.647.780	7.919.361
Deslocações e estadias	6.101.221	4.356.952
Rendas e alugueres	4.404.667	4.173.852
Combustíveis	2.020.867	1.196.500
Seguros	1.500.428	1.183.052
Consumíveis	1.429.665	1.113.485
Vigilância e segurança	1.297.960	1.216.940
Honorários	481.930	1.428.656
Outros fornecimentos e serviços externos	4.789.420	5.090.168
	<u>368.132.721</u>	<u>326.148.220</u>

16. GASTOS COM O PESSOAL

Nos exercícios de 2018 e 2017, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Remunerações		
Órgãos sociais	3.314.359	3.245.132
Pessoal	72.581.573	58.670.489
Encargos sociais	11.273.821	8.721.617
Formação	3.113.882	8.615.591
Prémio de desempenho	3.921.242	1.833.902
Seguros	1.097.926	1.020.018
Outros gastos com o pessoal	1.395.618	687.970
	<u>96.698.421</u>	<u>82.794.719</u>

O aumento registado nos Gastos com o Pessoal e encargos em 2018 está relacionado com recrutamento de novos técnicos que se registou no segundo semestre de 2017 e durante o ano de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o número de colaboradores que se mantém no quadro de pessoal da Sociedade ascendia a 53 e 41, respetivamente.

17. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS E OUTROS GASTOS E PERDAS

Nos exercícios de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Outros rendimentos e ganhos		
Outros	<u>2.798.416</u>	<u>868.807</u>
Outros gastos e perdas		
Impostos		
Imposto de selo	8.820.888	6.954.484
Reg. Anual pro-rata definitivo	1.270.079	865.584
Tributação Autónoma	23.123	35.174
Imposto de capitais (Nota 19)	583.633	1.018.397
Taxas (Nota 19)	52.000	45.000
Imposto sobre Património	68.509	-
Imposto circulação automóvel	26.355	1.400
	<u>10.844.587</u>	<u>8.920.039</u>
Donativos (Nota 8)	1.500.000	-
Quotizações	43.200	43.200
Multas e outras penalizações	6.295	10.000
Outros gastos e perdas	51.427	376.048
	<u>1.600.922</u>	<u>429.248</u>
	<u>12.445.509</u>	<u>9.349.287</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” incluem o montante de 2.345.764 CVE e 842.170 CVE, respetivamente, relativo a mais-valias decorrentes de alienações de ativos fixos tangíveis.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Imposto de capitais” inclui o montante de 583.633 CVE e 1.018.397 CVE relativo à retenção na fonte da taxa liberatória dos juros de depósitos a prazo vencidos durante o exercício de 2018 e 2017, respetivamente.

18. JUROS E GANHOS OBTIDOS E JUROS E PERDAS SUPORTADOS

Nos exercícios de 2018 e 2017, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Juros e ganhos obtidos		
Rendimentos de participação de capital - Visa Inc.	1.096.900	871.192
Juros obtidos em aplicações de curto prazo	3.256.528	3.556.760
Outros ganhos em financiamentos	<u>47.522</u>	<u>61.246</u>
	<u>4.400.950</u>	<u>4.489.198</u>
Juros e perdas suportados		
Juros suportados	(7.274.176)	(7.106.849)
Outras perdas em financiamentos	<u>(1.458.847)</u>	<u>(1.490.631)</u>
	<u>(8.733.023)</u>	<u>(8.597.480)</u>
	<u>(4.332.073)</u>	<u>(4.108.282)</u>

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017 a rubrica “Juros suportados” corresponde às comissões de garantias bancárias prestadas à Visa e MasterCard.

19. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos, exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Sociedade dos anos de 2014 a 2018 poderão vir ainda ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração da Sociedade entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Sociedade está sujeita ao Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (Código do IRPC) à taxa de 25%, e a uma taxa de incêndio de 2% sobre o imposto apurado, o que corresponde a uma taxa agregada de imposto de 25,5%.

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2018 e 2017 é detalhado conforme se segue:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Imposto corrente do exercício	<u>73.368.457</u>	<u>68.199.378</u>

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto verificado nos exercícios de 2018 e 2017 pode ser demonstrada como se segue:

	<u>2018</u>		<u>2017</u>	
	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>	<u>Taxa</u>	<u>Imposto</u>
Resultado antes de impostos		<u>290.079.405</u>		<u>267.510.297</u>
Imposto apurado com base na taxa nominal	25,50%	73.970.248	25,50%	68.215.126
Provisão /Reversões para Impostos	-0,20%	(572.800)	-0,27%	(723.036)
Perdas por imparidades para além dos limites	-0,03%	(94.805)	0,08%	425.409
Tributação Autónoma	0,00%	5.896	0,00%	8.969
Retenção na fonte Taxa Liberatória Dep Prazo	-0,05%	(148.826)	-0,10%	(259.691)
Depreciações fora do limite legal - Viaturas	0,20%	568.289	0,22%	575.821
30% com Gastos com viaturas ligeiras de passageiros e mistas	0,16%	457.740	0,15%	404.848
50% das Despesa de Representação	0,01%	29.481	0,02%	44.846
Depreciações com viaturas ligeiras não aceites no período anterior	-0,22%	(645.984)	-0,21%	(548.275)
Benefícios Fiscais (Criação de Emprego - CBF art.º 32º)	-0,03%	(99.833)	0,00%	-
Benefícios Fiscais (Formação, Estágios e Bolsa - CBF art.º 33º)	-0,04%	(115.668)	0,00%	-
Outros Custos	0,005%	14.719	0,02%	55.362
	<u>25,29%</u>	<u>73.368.457</u>	<u>25,49%</u>	<u>68.199.378</u>

20. ENTIDADES RELACIONADAS

a) Identificação das entidades relacionadas

De acordo com a NRF 4, são consideradas entidades relacionadas aquelas em que a SISP exerce, direta ou indiretamente, influência significativa sobre a sua gestão e política financeira e operacional e as entidades que exercem influência significativa sob a gestão da Sociedade. Neste âmbito, as entidades consideradas para efeitos destas divulgações são os acionistas da SISP, que correspondem às seguintes entidades:

- Banco de Cabo Verde
- Banco Comercial do Atlântico
- Caixa Económica de Cabo Verde
- Banco Caboverdeano de Negócios
- Banco Interatlântico

- Cabo Verde Telecom
- Estado de Cabo Verde - Tesouro

b) Detalhe dos saldos com entidades relacionadas

	31/12/2018				
	Depósitos bancários	Cientes	Outras contas a receber	Fornecedores	Compensação VISA/Mastercard
	(Nota 4)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 12)
Banco de Cabo Verde	2.324.666	384.213	-	-	(345.127.828)
Banco Comercial do Atlântico	6.231.874	8.787.574	-	-	-
Caixa Económica de Cabo Verde	18.407.901	9.589.878	-	-	-
Banco Caboverdeano de Negócios	44.000.195	1.847.774	511.356	-	-
Banco Interatlântico	18.169.554	2.988.157	-	-	-
Cabo Verde Telecom	-	420.200	-	(273.274)	-
Estado - Tesouro	-	14.347.777	-	-	-
	<u>89.134.190</u>	<u>38.365.573</u>	<u>511.356</u>	<u>(273.274)</u>	<u>(345.127.828)</u>

	31/12/2017				
	Depósitos bancários	Cientes	Outras contas a receber	Fornecedores	Compensação VISA/Mastercard
	(Nota 4)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 11)	(Nota 12)
Banco de Cabo Verde	8.213.350	383.638	268.000	-	(404.568.638)
Banco Comercial do Atlântico	15.014.106	16.889.881	-	-	-
Caixa Económica de Cabo Verde	5.599.837	9.769.598	1.170.329	-	-
Banco Caboverdeano de Negócios	7.104.594	1.870.436	-	-	-
Banco Interatlântico	11.384.025	3.036.814	-	-	-
Cabo Verde Telecom	-	372.691	-	(111.014)	-
Estado - Tesouro	-	7.045.136	-	-	-
	<u>47.315.912</u>	<u>39.368.194</u>	<u>1.438.329</u>	<u>(111.014)</u>	<u>(404.568.638)</u>

c) Detalhe das transações com entidades relacionadas

31/12/2018				
Fornecimentos e serviços externos (Nota 15)	Juros e perdas similares suportados (Nota 18)	Outros gastos e perdas (Nota 17)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 18)	Vendas e serviços prestados (Nota 14)
Banco de Cabo Verde	(3.008)	-	-	1.553.644
Banco Comercial do Atlântico	(9.097.883)	(5.094.574)	(33.333)	81.956.163
Caixa Económica de Cabo Verde	(7.605.050)	-	(95.724)	89.725.184
Banco Caboverdeano de Negócios	(1.232.857)	-	(345.833)	18.543.037
Banco Interatlântico	(3.267.636)	(2.179.602)	(8.333)	28.722.938
Estado - Tesouro	-	-	-	22.515.974
Cabo Verde Telecom	(1.345.746)	-	-	3.789.866
(22.552.180)	(7.274.176)	(483.223)	2.406.116	246.806.806

31/12/2017				
Fornecimentos e serviços externos (Nota 15)	Juros e perdas similares suportados (Nota 18)	Outros gastos e perdas (Nota 17)	Juros e ganhos similares obtidos (Nota 18)	Vendas e serviços prestados (Nota 14)
Banco de Cabo Verde	(3.104)	-	-	1.561.872
Banco Comercial do Atlântico	(13.193.036)	(5.370.418)	(56.641)	80.784.611
Caixa Económica de Cabo Verde	(6.489.275)	-	(275.086)	87.245.671
Banco Caboverdeano de Negócios	(1.080.334)	-	(589.187)	16.530.438
Banco Interatlântico	(4.532.243)	(1.625.339)	(229.805)	28.285.057
Estado - Tesouro	-	-	-	15.765.642
Cabo Verde Telecom	(1.297.383)	-	-	3.552.714
(26.595.375)	(6.995.757)	(1.150.719)	3.382.537	233.726.006

As transações com partes relacionadas são realizadas, por regra, em condições normais de mercado.

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SISP

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Ana Lina Gomes Teixeira

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Ex. mos Senhores Membros da Assembleia-Geral,

No cumprimento do mandato que V.Exas. nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, nos termos do artigo 22º dos Estatutos da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SA, adiante designada por SISP, o Conselho Fiscal vem submeter à vossa apreciação o Relatório da sua atividade e o seu Parecer sobre o Relatório e as Demonstrações Financeiras elaborados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

RELATÓRIO

1. Em 2018, o Conselho Fiscal acompanhou a atividade da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, SA, examinou regularmente os livros, registos contabilísticos e demais documentação, constatou a observância da lei e dos estatutos.
2. No desenvolvimento dos seus trabalhos, o Conselho contou sempre, em termos que apraz registar, com a colaboração do Conselho de Administração e dos Serviços da Instituição, na disponibilização das informações que considerou necessárias para o exercício das suas funções.
3. Os subscritores declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira analisada foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada da situação patrimonial e financeira dos resultados da sociedade e que, no Relatório de Gestão, se expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho de posição da sociedade, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defronta. Relativamente ao Relatório e Contas, o Balanço, a Demonstração de Resultados e o Anexo às Demonstrações Financeiras, lidos em conjunto com o Parecer da Deloitte & Associados, SROC, S.A., o Conselho Fiscal entende que:
 - a) O Balanço, a Demonstração de Resultados, as variações do Capital Próprio e os correspondentes anexos permitem uma adequada compreensão da situação da SISP e dos seus resultados. As políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados são adequados. As demonstrações financeiras e o sistema contabilístico que as suporta mostram-se globalmente aderentes ao Sistema de Normalização Contabilística e expressam de forma adequada e substantiva a situação patrimonial da SISP a 31 de dezembro de 2018, bem como os resultados das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data;
 - b) O Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da sociedade, evidenciando os aspetos mais significativos;
 - c) A empresa evidencia um crescimento sustentado, espelhado nos seus principais indicadores económicos, de Rendibilidade, Solidez e Sustentabilidade e tem cumprido escrupulosamente as regras prudências estabelecidas pelo Banco de Cabo-Verde, sendo de ressaltar, neste aspeto em particular, a robustez dos Rácios relativos aos Fundos Próprios, que evidenciaram um crescimento de 11,9%, o grau de Solvabilidade, que atingiu os 59.2%, e a Cobertura do Imobilizado, 488,94%;



- d) A proposta de Aplicação de Resultados se encontra devidamente fundamentada; e
- e) Os documentos produzidos foram apresentados sem reservas nem ênfase pela Auditoria Externa e a cujo teor o Conselho Fiscal dá a sua total concordância.
4. O Conselho considera de suma importância o relato sobre os investimentos realizados em 2018 visando a eficiência operacional, serviços de referência e a qualificação do capital humano, bem como o anúncio de lançamento de concurso para o início do projeto de realização de obras para a sua sede nova sede e o projeto de internacionalização dos seus serviços;
5. O Conselho Fiscal acompanha o Conselho de Administração no reconhecimento manifestado no seu Relatório às diversas Entidades enunciadas, aos membros dos restantes Órgãos Sociais e a todos os Colaboradores da Instituição.

PARECER

Em face do exposto, e tendo em consideração as informações recebidas da equipa técnica de contas e do Conselho de Administração, bem como as conclusões constantes do Relatório de Auditoria Externa, o Conselho Fiscal dá o seu parecer favorável a que a Assembleia-Geral aprove:

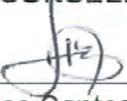
- a) O Relatório de Gestão e as contas da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A., referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2018;
- b) A proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração, no montante de 216.710.948\$00, como se segue.

Dividendos (50%)	108.355.474 CVE
Reserva Legal (10%)	21.671.095 CVE
Outras reservas (40%)	86.684.379 CVE
Total	216.710.948 CVE

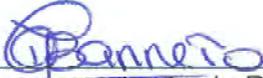
Finalmente, o Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração e ao Diretor-Geral da SISP pela colaboração dispensada no exercício das suas funções.

Praia, 03 de maio de 2019.

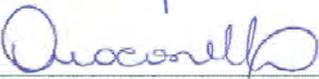
O CONSELHO FISCAL



Filinto Elísio Alves dos Santos, em representação da Caixa Económica de Cabo Verde - Presidente



Mónica Barreto, em representação do Banco Interatlântico



Ana Carvalho Vicente, em representação do Banco Cabo-verdiano de Negócios

Parecer Auditor Externo

RELATÓRIO DE AUDITORIA

(montantes expressos em Escudos de Cabo Verde – CVE)

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 1.385.591.016 CVE e um total de capital próprio de 888.903.573 CVE, incluindo um resultado líquido de 216.710.948 CVE), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos, S.A. em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro para Cabo Verde.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” deste relatório. Somos independentes da Sociedade de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Sociedade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro para Cabo Verde e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando preparar as demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade da Sociedade se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que tenha intenção de liquidar a Sociedade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Sociedade.

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º, 4150-146 Porto



IS 668746

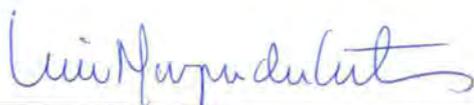
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Sociedade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre se o uso pelo órgão de gestão do pressuposto da continuidade foi apropriado e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Sociedade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Sociedade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria e as matérias relevantes de auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 3 de maio de 2019



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Luís Eduardo Marques dos Santos, ROC